



## MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

### ACTA N.º 9

Sessão Ordinária Abril

2.ª Reunião de 24/04/2014

Aos vinte e quatro dias do mês de Abril do ano dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, António do Pranto Nogueira Leite, secretariado pela Primeira Secretária Maria José Teixeira de Morais Afonso França, e pelo Segundo Secretário, Jorge Carvalho Arroiteia, e com a presença dos Vogais, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Mónica Filipa Cristóvão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, David Paiva Martins, Casimiro Simões Calafate, Jacinto Manuel Almeida Silva, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Maria Leonor Nunes dos Reis, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Paulo Alexandre Florentino Marques, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Antero Marques dos Santos, Anabela de Almeida Saraiva, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Maria Cristina Regales de Jesus Pires, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, António dos Santos Costa, Jorge Manuel do Nascimento, Aida Isabel Pereira Tavares, Júlio Vasconcelos de Oliveira, Ivar Jorge Alves Corceiro, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.<sup>001</sup>

Pelas 20:45 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião da sessão.

Nesta reunião, faltou o vogal Henrique Manuel Morais Diz.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel de Almeida Campino, e os Vereadores, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Jorge Manuel Mengo Ratola, Luís Miguel Capão Filipe, Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e Paula Cristina Dias Urbano Antunes.

A Vereadora Rita Alexandra Verdade da Encarnação, chegou às 21:00 horas.

Não esteve presente o Vereador António Manuel Soares Nogueira de Lemos.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Victor Manuel da Silva Martins, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Carlos Manuel Silva Santos, e Maria da Luz Nolasco Cardoso, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Maria Leonor Nunes dos Reis, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Anabela de Almeida Saraiva, António dos Santos Costa, e Aida Isabel Pereira Tavares.<sup>002</sup>

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, João Carlos Rodrigues Morgado, e Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta reunião por, Jacinto Manuel Almeida Silva, Manuel Vieira dos Santos, e Júlio Vasconcelos de Oliveira, respetivamente.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, e António Manuel Cruzeiro Natal Garcia, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

(Nos termos regimentais, todas as intervenções têm como suporte gravação áudio.)

Presidente da Mesa<sup>003</sup>

*“Em função de uma reunião que fizemos com as lideranças de todos os grupos municipais, tenho, em primeiro lugar, uma pergunta porque não ficou totalmente esclarecida na minha mente. Aliás, não havia ainda resposta. O Bloco de Esquerda mantém a moção referida no número dezassete? Mantém. Muito bem.*

*Eu vinha propor aos Srs. Deputados, tem que haver votação, uma alteração à Ordem do Dia, uma vez que, num esforço conjunto de todas as bancadas, se chegou a uma Moção conjunta, da autoria de todos. Nesse sentido, aliás foi o que na altura se aventou, seria caso os Srs. Deputados estejam de acordo com a alteração da Ordem do Dia, seria, neste momento, votada. O PSD e o CDS fizeram-me chegar a ideia, peço que no fim das minhas palavras que me retifiquem ou que me desmintam, de que esta Moção substituíra aquela que tinham apresentado. Se, após a votação, os Srs. Deputados estiverem de acordo que se vote agora esta Moção conjunta, o ponto dezasseis da Ordem de Trabalhos ficava sem efeito e que tinha a ver, exatamente, com a moção do PSD e do CDS. Peço ao PSD e ao CDS se me confirmam esta minha ideia de que, efetivamente, prescindiam da sua moção conjunta. [PSD e CDS confirma].*

*Assim sendo, o que está em causa é a votação da Moção proposta por todas as bancadas, alterando a Ordem de Trabalhos, é essa a primeira votação que queria fazer, sabendo-se, desde já, que se tal for aprovado corresponde à eliminação do ponto dezasseis da Ordem de Trabalhos.*

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do artigo 31.º do Regimento:<sup>004</sup>

*“Sr. Presidente. Apenas uma interpelação à Mesa, muito breve. Antes da alteração da Ordem de Trabalhos, é uma questão procedimental, de acordo com a Lei 75/2013 nós temos que votar a urgência da discussão do ponto onde há-de estar inserida a moção. A nova lei o que estabelece é que pode haver alterações de agenda e introdução de novos pontos nos órgãos deliberativos das autarquias desde que, dois terços, penso que são dois terços, dos membros reconheçam a urgência da discussão. Há aqui uma alteração no sentido de retirar um ponto e introduzir outro. Peço perdão. Nós não estamos a substituir nenhuma moção. Não é disso que se trata, penso eu. Salvo melhor entendimento, o que se passa é que aquilo que o Sr. Presidente da Assembleia perguntou ao PSD e ao CDS foi se retiravam a sua moção. Disseram que sim e agora o que vai acontecer é que vamos introduzir um novo ponto na Ordem de Trabalhos que é uma moção conjunta da Assembleia, que vamos todos reconhecer a urgência, e fica o problema resolvido. Mas eu penso que o procedimento terá que ser assim.”*

Presidente da Mesa<sup>005</sup>

*“Poderíamos falar da substituição mas como eu, em substância, disse o que disse, eu acho que a melhor forma é pormos então à votação a substituição, se houver dois terços.”*

Vogal Ivar Corceiro (BE)<sup>006</sup>

*“Eu penso que tínhamos visto que a proposta do Bloco também deveria ser alterada para uma discussão antecipada. Seriam as duas moções discutidas uma a seguir à outra, na mesma, mas nesta altura.”*

**De seguida, nos termos regimentais, o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>007</sup> do plenário a alteração à ordem-do-dia, no sentido de fazer a apreciação da Moção subscrita por todos os grupos municipais no ponto 16 devido à urgente situação do Hospital, seguindo-se a apreciação do ponto 17, sendo aprovado por unanimidade.**

## **PONTO 16. — APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA MOÇÃO – EM DEFESA DO CENTRO HOSPITALAR DO BAIXO-VOUGA.**

«Moção

*A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida em Abril de 2014, decidiu aprovar a seguinte Moção, sobre o Centro Hospitalar do Baixo Vouga (CBVH), dirigida ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Sr. Ministro da Saúde.*

*O CBVH tem por missão servir os utentes de uma parte importante da Região de Aveiro, que atinge os 400 mil habitantes. No entanto, a qualidade de um conjunto significativo dos serviços prestados tem sofrido uma degradação que se acentua a cada dia que passa.*

*Os sucessivos cortes orçamentais têm efeito concreto na capacidade dos serviços de saúde e na vida das pessoas, ainda assim, não se compreende o nível de degradação dos serviços prestados.*

*Por outro lado, tem-se verificado uma constante diminuição das capacidades e de valências no apoio prestado pelo CHBV aos utentes da região que serve, o que resulta em grave prejuízo para os cidadãos que ficam obrigados a recorrer a outros serviços em outras geografias. Sendo que a saúde é dos principais serviços públicos prestados pelo Estado aos cidadãos, devendo a prestação ser orientada por uma lógica de proximidade, quando esta se justifica pelo seu número de habitantes e pela distância dos locais onde tais serviços possam ser prestados.*

*É inaceitável que situações de ruptura nas unidades do CHBV sejam resolvidas em definitivo pela transferência de pacientes para outros hospitais fora da área geográfica que se pretende servir, por oposição ao reforço das competências específicas do CHBV. A Assembleia Municipal de Aveiro entende que as características da região em que se insere e o número de habitantes que serve exigem que o CHBV seja considerado uma unidade central, com urgência polivalente, capaz de satisfazer as necessidades dos utentes, com níveis de qualidade que tenham por referência as melhores práticas nacionais.*

*A Assembleia Municipal de Aveiro considera que o CHBV é um pilar da Região de Aveiro.*

*Em face desta situação, a Assembleia Municipal de Aveiro delibera:*

*— Que o CHBV seja dotado de orçamento, serviços e valências profissionais necessárias para prestar os devidos cuidados às populações desta Região;*

*— O reforço das valências do CHBV e a sua articulação com a Universidade de Aveiro;*

- A valorização e dignificação do CHBV, dos seus profissionais e utentes;
  - A rejeição da Portaria nº82/2014 de 10 de Abril, que entre outros, propõe a descategorização do CHBV para o Grupo I e o encerramento de cerca de metade das actuais valências, tais como, a oftalmologia, a cardiologia, a hematologia clínica, a neonatologia, a ginecologia-obstetrícia, a urologia entre outras.
- Os Grupos Municipais»

De seguida o Presidente da Mesa abriu um período de intervenção pelos representantes dos grupos municipais, uma vez que todos partidos subscreveram a Moção em epígrafe.

#### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP):<sup>008</sup>

*“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Ex.mos Srs. Deputados e demais presentes. Naturalmente, o PCP inserindo-se no trabalho de construção desta Moção revê-se na mesma. Esta Moção foi construída colectivamente por representantes de todos os partidos desta Assembleia Municipal no início desta semana. Em nossa opinião o trabalho desenvolvido foi globalmente positivo. Não deixamos de considerar que tive de haver cedências da parte das forças partidárias. Da nossa parte também terá havido. Havia alguns conteúdos que gostaríamos de ver colocados nesta moção. Podíamos referir a importância da defesa do Serviço Nacional de Saúde, podíamos falar das responsabilidades dos sucessivos governos, em relação ao estado em que se encontra, atualmente, o Hospital de Aveiro, bem como a globalidade do Centro Hospitalar do Baixo Vouga. Mas, de qualquer forma, consideramos que o mais importante, ao caso, nesta altura, seria encontrar alguma de se encontrar um documento que fosse, essencialmente, agregador. Foi nesse sentido que participámos, foi nesse sentido que apoiámos a construção deste documento, e será nesse sentido que iremos votar favoravelmente o mesmo, não obstante alguns aspecto que gostaríamos de ter visto reforçados e que não o foram. Tenho dito.”*

Presidente da Mesa<sup>009</sup>

*“Sem prejuízo da consideração que é uma proposta, efetivamente, conjunta, assisti à sua elaboração, queria aqui, perante todos, reconhecer o esforço particular do Sr. Deputado do Partido Comunista Português”.*

Vogal Ivar Corceiro (BE):<sup>010</sup>

*“Boa noite. É uma proposta consensual mas convém lembrar que é também uma proposta urgente para o Concelho de Aveiro e para o Centro Hospitalar do Baixo Vouga porque visa contrariar uma portaria do Governo PSD/CDS que quer terminar com valências num Hospital com a importância do de Aveiro. Por isso, sublinho apenas que o aprovar esta Moção é aprovar uma oposição conjunta ao Governo central do PSD. Muito obrigado.”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA):<sup>011</sup>

*“Boa noite a todos. Trata-se, de facto, como já foi dito, de uma proposta elaborada conjuntamente, consensual. Foi-lhe tirada a carga política particular de cada uma das forças políticas em presença, e reflete um consenso.*

*Eu tenho para mim que a portaria ainda não define em absoluto que o Hospital de Aveiro seja classificado no grupo I. Nessa medida penso que a Moção poderá surtir algum efeito. Mas não fico com expectativa de que isso venha a acontecer, porque nós sabemos que a política do actual Governo é uma política de restrição económica. E,*

*portanto, irá tentar estabelecer serviços em sítios já de si com sobrecarga, com alguma carga, a que levará ainda mais utentes. Recordo aqui que as pessoas abrangidas pelo Centro Hospitalar do Baixo Vouga são à volta de quatrocentos mil. Há outra versão, que li hoje no jornal e veiculada pelo PS, que são setecentos mil, mas penso que será uma gralha. De qualquer maneira é uma população muito significativa e que a valer aquilo que se pensa ser a intenção governativa, irá prejudicar, não só as pessoas que estão a ser servidas pelos actuais locais onde existem essas valências, e a prejudicar muito as pessoas da região de Aveiro.*

*Querida sublinhar um aspecto com alguma importância político-partidária.*

*Esta Câmara, quando avançou com o seu programa, punha como ponto de honra criar um hospital, que se estabelecesse um hospital em condições, com mais valências, e creio até que se fixou isso com uma periodicidade de um ano. Isto vem completamente ao arrepio. Penso que o Sr. Presidente da Câmara sendo também o Presidente da CIRA deve correr muito, como se diz na gíria futebolística, atrás do que se pensa ser uma intenção de prejuízo. Não deixe marcar o golo, Sr. Presidente. Prossiga esse seu propósito programático que é importante para Aveiro, que evite a todo o custo e nas instâncias onde se encontra, que faça valer o peso político que dizem que o Sr. Presidente da Câmara e da CIRA tem. Façamos votos para que esta Moção tenha efeito, tenha eficácia, e que Aveiro continue a prestar o serviço que presta aos seus municípios para melhor. Muito obrigado.”*

Vogal Paulo Marques (CDS):<sup>012</sup>

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero realçar em primeiro lugar o esforço de todos os partidos no sentido de abdicarem de pequenas arestas, de pequenos pormenores, para que tenha sido possível termos aqui um documento que reúne o consenso, basicamente, em tudo aquilo que ele descreve. Querida, em segundo lugar, dizer que esta Moção representa uma preocupação que vai para além dos partidos, é uma preocupação que ultrapassa o momento, é uma preocupação que tem que ter reflexos em termos futuros. Esta Moção pela defesa da saúde em Aveiro, pela defesa dos interesses para a nossa cidade e para os nossos cidadãos, faz todo o sentido. Para mais quando somos confrontados com a Portaria 82/2014 serve esta moção como que um alerta, um alerta para que, junto de quem tem o poder, não permitir que decida por si só, mas decida olhando para baixo, olhando para os cidadãos, olhando para Aveiro, olhando para a saúde. Olhando para a boa saúde que todos nós precisamos.”*

Vogal Marques Pereira (PS):<sup>013</sup>

*“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Querida tecer duas considerações acerca da Moção. Uma em relação ao processo que conduziu à elaboração deste documento. E outra nota acerca da substância do documento. Eu, em primeiro lugar, queria congratular-me, o PS quer congratular-se, pela forma elevada com que todas as forças políticas que estão representadas nesta Assembleia, incluindo o Executivo municipal, conseguiram concertar posições para se chegar a um entendimento comum. Nos tempos que correm, esta questão, uma situação desta natureza, não é muito comum. Em Aveiro, as forças políticas souberam harmonizar uma posição que defende os interesses do Município e da região. É de grande relevância política e é um sinal muito positivo que se dá à nossa comunidade e ao país que em Aveiro os partidos políticos e as forças políticas representadas no órgão deliberativo do município conseguiram, num esforço de concertação, chegar a um posicionamento comum sobre uma matéria de tão grande relevância. Depois, associar-me também às palavras do Sr. Presidente da Assembleia em relação ao relator desta Moção, o Filipe Guerra do Partido Comunista Português,*

*que tão bem soube escrever aquilo que foi o contributo das várias forças políticas. Depois, sublinhar a elevação com que o PSD e o CDS demonstraram ao retirarem a proposta que tinham apresentado para a discussão deste ponto. Naturalmente, o Partido Socialista, perante estas circunstâncias, irá recuar na proposta que tinha informado a Assembleia da convocação da Assembleia Municipal Extraordinária porque, efectivamente, está esvaziada a intenção dessa convocação, uma vez que a substância que presidia à nossa proposta era exactamente, chegar-se a um texto e a um consenso que está bem espelhado nesta Moção. Portanto, acho que é um motivo de regozijo para todos a capacidade que tivemos em redigir e se chegar a este texto que harmoniza as nossas posições.*

*Em segundo lugar, em relação ao conteúdo. O conteúdo é um conteúdo simples, é claro, é conciso e é directo nas nossas pretensões. Tem quatro pontos que vamos aqui deliberar. O primeiro diz respeito à dotação do Orçamento, Serviço e Valências profissionais necessárias aos devidos cuidados de saúde das populações desta região. E que tem muito directamente a ver com a rejeição da Portaria. Uma das premissas da Portaria é dotar de melhores serviços e de mais valências as regiões mais populosas. A Portaria contraria-se a si mesma ao retirar da NUT III mais populosa da região centro, a NUT II da região centro, as valências do Hospital e do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, onde estamos inseridos. Depois, a valorização e dignificação do nosso Hospital e das suas valências, dos seus profissionais e utentes que, apesar de poder ser uma premissa em aberto, hoje, as circunstâncias impõe que ela seja deliberada exactamente nesta formulação porque é uma questão de dignificação e de valorização profissional e do serviço de saúde que nós queremos ter em Aveiro.*

*São pontos absolutamente relevantes, que terão desenvolvimentos seguramente nas próximas três semanas e um mês. Acompanharemos, com grande expectativa, o posicionamento do Governo em relação a esta matéria e em relação às próprias expectativas criadas pelo Ministério da Saúde na resolução de algumas destas questões. Esta será, provavelmente, a primeira Moção e o primeiro eco de grande preocupação concertada, em Aveiro. Provavelmente existirão outros, esperemos que sejam por boas razões. Seguramente esta Assembleia Municipal cá estará para fazer esta avaliação. Disse.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD):[014](#)

*“Boa noite a todos. Em primeiro lugar o PSD gostava também de realçar a Moção de toda a Assembleia e o esforço feito por todos. Esta Moção, naturalmente, é subscrita pelo PSD que desejava realçar os primeiros três pontos. Nomeadamente, que o Centro Hospitalar do Baixo Vouga seja dotado de orçamento, serviços e valências necessárias para prestar os devidos cuidados às populações desta região, porque o PSD entende que, nesta dialética do Hospital, não há mais Hospital de Aveiro, não há mais Hospital de Águeda, não há mais Hospital de Estarreja. Há o Centro Hospitalar do Baixo Vouga que irá ter umas coisas mais em Aveiro, umas coisas menos, assim como nos outros pólos. Mas o que devemos estar mobilizados é para dotar o Centro Hospitalar do Baixo Vouga de orçamento, serviços e valências profissionais capazes de prestarem cuidados na promoção da saúde e no tratamento da doença a toda a população de toda esta grande região.*

*Também o reforço das valências e a sua articulação com a Universidade é, cada vez mais, imprescindível. No PSD pensamos que a ligação com o Hospital, ou do Centro Hospitalar, à Universidade não tem sido aquela que Aveiro merece e que Aveiro tem de ter. Uma ligação maior e mais efectiva à Universidade.*

*A terceira, a valorização e a dignificação dos seus profissionais e utentes.*

*É baseado nestas três premissas que o PSD subscreve e realça a Moção proposta por toda a Assembleia.”*

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>015</sup>

*“Muito obrigado. Com certeza que sim, com notas muito simples. Em primeira instância realçar o trabalho, o esforço e o resultado final desta operação. Quero congratular a todos pela conquista e pelo exemplo. Há matérias que se não for assim não vamos lá. Realmente as teses do Dr. Jorge Nascimento são teses que não têm pés, nem cabeça. Esta questão da luta pelas causas, dos pesos políticos que todos temos, uns mais e outros menos, são exercícios de poder e exercícios de influência. Umás vezes ganhamos, outras vezes perdemos. Quantas vezes estamos no nível quatro e para chegarmos ao nível sete ou oito temos que lutar pelo dez para conseguir chegar ao sete ou oito. É a vida. Isto aprende-se, não exactamente na quarta classe, mas o percurso da vida, muito cedo, ensina-nos que é assim. Portanto, os desafios que assumimos e os compromissos que assumimos lutar, é bom não desvirtuar o que está escrito, ainda por cima está escrito e é fácil de ler para quem o quiser fazer com objectividade... é este exercício que estamos a fazer aqui, é este exercício que faremos em tantos outros dossiers, que é lutar por. Sabendo que quem luta “por” conquista muitas coisas, mas nunca ninguém conquista tudo por mais poderoso que seja o seu poder, passe o pleonasma. Acho que este é um bom exercício político, valoriza e fortalece o conjunto de posições que estão tomadas e que é preciso continuar a tomar para que venhamos a ter vencimento de causa. Além do mais, substantivamente o texto encontrado é um texto muito útil, dada a sua objectividade, dada a sua clareza de intenções. Em meu nome, e, seguramente, em nome de todos os Vereadores, também nos associamos. Este é um passo político que contribui positivamente para uma luta que, ao longo dos anos, foi votada ao fracasso completo porque o nível de qualidade do nosso Hospital, agora Centro Hospitalar, não tem visto muita elevação. Em regar, temos um sentimento que ou estamos parados num nível baixo, ou, em algumas matérias essenciais, estamos a reduzir esse mesmo nível. Obviamente, é preciso que acedamos a outro patamar envolvendo parceiros. E daqui a referência aos municípios que connosco partilham o Centro Hospitalar do Baixo Vouga, à Universidade de Aveiro, que é aqui um parceiro importante, e, obviamente, ao Ministério da Saúde – ao Governo – que é o dono da bola e que, se quiser ser um bom Governo, tem que dar uma boa qualidade ao nosso Centro Hospitalar que ele não tem. E, portanto, como eu acredito que todos os governos têm como objectivo serem bons, que este também saiba corrigir a sua má performance neste dossier e saiba ser bom fazendo alterações àquilo que está mal, corrigindo decisões que são preocupantes, nomeadamente as que estão anunciadas na nossa célebre Portaria. Que possamos dar aos cidadãos que aqui residem, que aqui trabalham e que aqui passam algum tempo de lazer e de cultura, serviços nesta área com a devida qualidade, num mecanismo de rede ao qual queremos estar ligados, nomeadamente aos hospitais de terceiro nível e de quarto nível da nossa Região Centro, com quem queremos trabalhar com toda a qualidade, com toda a elevação. Mas que em relação a um Centro Hospitalar que, no mínimo, tem que estar no Grupo II, haja a satisfação de cuidados médicos para uma população que tem que os ter em proximidade, no tal raio de meia hora onde se exige que esses cuidados médicos estejam.*

*Fica apenas esta pequena nota de subscrição, de congratulação. Obviamente, a maré também permite que digamos que a luta continua e que possamos ter sucesso neste trabalho em que todos estamos muito empenhados. Muito obrigado.”*

**Concluídas as intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>016</sup> a Apreciação e votação da Moção “Em Defesa do Centro Hospitalar do Baixo-Vouga”, sendo a mesma aprovada por unanimidade e aclamação por proposta da Mesa.**

**PONTO 17. — APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA MOÇÃO – EM DEFESA DO SNS, EM DEFESA DO HOSPITAL DE AVEIRO.**

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Grupo Municipal do Bloco de Esquerda para fazer a apresentação desta Moção.

Vogal Ivar Corceiro (BE):<sup>018</sup>

*“O Bloco decidiu manter a sua Moção essencialmente por um motivo muito forte. A crise do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, de que a Moção comum fala, é multifactorial, é complexa e não pode ser desligada de um contexto geral e das opções políticas que, actualmente, vivemos. A relação entre as crises económicas como aquela em que vivemos, os indicadores de saúde é sobejamente conhecida na história e é urgente não a reviver. Por isso mesmo, na nossa opinião, defender o Centro Hospitalar do Baixo Vouga ao mesmo tempo que se defende o Serviço Nacional de Saúde. Partindo do princípio que todos leram a Moção, portanto não a vou reler, são dados da OCDE de um ano importante para Portugal, 2011. A despesa média per capita com a saúde em Portugal, anulando o efeito das diferenças de preços entre países, era de mil novecentos e sete euros, enquanto na OCDE era de dois mil e quatrocentos e doze euros. Os mesmos dados dizem-nos que, nesse ano, a despesa pública por habitante, em Portugal, era sessenta e cinco por cento da respectiva despesa total, enquanto a média dos países da OCDE era de setenta e dois vírgula sete por cento. Por isso mesmo, nesse ano apenas quarente e nove vírgula sete por cento da população nacional com mais de quinze anos declarava considerar ter um bom estado de saúde, contra um média de sessenta e nove vírgula seis. E sem em dois mil e onze a situação era má a partir daí foi de mal a pior. Entre dois mil e onze e dois mil e catorze a despesa pública com a saúde em Portugal registou uma diminuição, em termos nominais, se seiscentos e setenta e seis milhões de euros. Eliminando o efeito da subida de preços essa redução ascende a oitocentos e trinta e três vírgula sete milhões. Ao Serviço Nacional de Saúde foi exigido, entre dois mil e dez e o ano actual, um corte da despesa, em termos nominais, que atinge mil seiscentos e setenta e sete milhões de euros. De nove mil setecentos e dez passa para oito mil e quarenta e três milhões. Em termos reais o corte foi de dois mil trezentos e noventa e oito milhões. Agora, para dois mil e catorze, o Serviço Nacional de Saúde conta, no actual Orçamento do Estado, com uma verba, quase que insignificante comparada com os números anteriores, de sete mil quinhentos e noventa e dois milhões de euros. O que representa um corte de mais trezentos milhões de euros, face ao ano anterior. A estratégia do Governo em matéria de saúde tem sido muito simples: reduzir o Serviço Nacional de Saúde a uma miniatura e uma caricatura daquilo que já foi e até daquilo que ainda é. O objectivo é reduzir a despesa do Estado com a nossa saúde, com a saúde dos portugueses. O ‘25 de Abril’ faz agora quarenta anos. Antes do ‘25 de Abril’ não havia senão grandes hospitais universitários nas grandes cidades e pequenas estruturas, quase todas elas ligadas às Misericórdias nas pequenas e médias cidades. A desigualdade no acesso aos hospitais e à saúde era, então, social e geográfica. Houve uma conquista que pode chamar brutal na democracia na área da saúde e que hoje está, novamente, a regredir a olhos vistos. É por isso que aqui, nesta Assembleia, aqueles que se preocupam realmente com a saúde*



*dos seus cidadãos, aqueles que se preocupam com a saúde dos aveirenses não podem contornar esta Moção e não podem afirmar que estão preocupados com o Centro Hospitalar do Baixo Vouga se não se preocupam também com aquilo que lhe dá vida que é o Serviço Nacional de Saúde. Muito obrigado.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[019](#)

*“Pela nossa parte não há muito a dizer. Estamos globalmente de acordo com o que foi dito. Nada de especial a dizer.”*

Vogal Paulo Marques (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[020](#)

*“Eu compreendo o alcance das palavras que estão transcritas na Moção do Bloco de Esquerda. Com todo o respeito, peço que entenda, por uma razão lógica, aquilo que vou explicar. Acabámos de votar e aprovar, por unanimidade e aclamação, uma moção conjunta relativa a esta matéria. Penso que se não fosse conjunta teria todo o sentido a sua moção e nós teríamos apresentado a nossa, não teríamos recuado. Como assim não foi, como chegámos todos, como já aqui foi dito, a um consenso quanto a esta questão do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, relativamente ao que a Aveiro diz respeito, não me parece que faça muito sentido a vossa moção. No entanto, respeito o alcance que vai para além da questão do Centro Hospitalar do Baixo Vouga. Mas penso que concordar, em pleno, com a vossa moção era retirar o valor e o peso político da moção que nós votámos há pouco, por unanimidade. Repito, por unanimidade.”*

Vogal Eduardo Castro (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[021](#)

*“Depois de discutirmos e termos votado, por unanimidade, uma moção que dizia respeito ao caso do Centro Hospitalar do Baixo Vouga em particular, esta moção parece querer passar para um contexto mais amplo, coisa com que eu concordo. Embora também tenha a dizer que uma votação de uma moção independente depois de uma moção votada por unanimidade não me parece que reforce esta posição. Não tenho nenhuma discordância especial, ou tenha concordância em muitas coisas desta moção, mas não me parece que ela venha na altura mais oportuna. Mas aproveito para dar algumas considerações que eu acho que são importantes. É muito difícil prever o futuro, mas se há coisas que são relativamente fáceis de prever é o comportamento e a evolução do sector da saúde globalmente em relação a uma economia de um país. A não ser que haja uma enorme inversão do que se tem passado nos últimos cem anos, ou mais, é inevitável que o peso do sector da saúde vai aumentar, por várias razões. Uma delas é que quando nos tornamos mais ricos, e há cem anos ou duzentos anos que, em média, a sociedade se torna mais rica, nós não aumentamos isso proporcionalmente, nós vamos consumir mais telemóveis ou mais comida com gordura ou açúcar, isto desde que o Governo está preocupado e diz que vai taxar as comidas com açúcar e com gordura, nós vamos aumentar muito mais o consumo em coisas como a saúde ou a educação, mas, no caso concreto, o que nos interessa é a saúde. Por outro lado, ao contrário da produção de telemóveis, automóveis e outras coisas do género, cuja evolução técnica leva a que cada vez tenha mais com preços e custos menores, na saúde não se passa isso. O mais que vamos tendo tem sido sistematicamente com custos maiores porque a evolução tecnológica tem sido no sentido de arranjar equipamentos, remédios, etc., que sejam mais caros. Isto é inevitável. O peso da saúde na economia*

vai aumentar. A ideia de que vamos diminuir a despesa na saúde não vamos diminuir. Podemos é escolher se a queremos na forma privada ou na forma pública, mas que a despesa da saúde vai aumentar isso parece inevitável. Podemos escolher entre uma saúde, como por exemplo, existe em sítios como os Estados Unidos, onde quem tem dinheiro tem saúde e quem não tem dinheiro paciência; ou num sistema que, não sendo completamente igualitário, procura garantir a saúde como um direito das pessoas com alguma independência da sua capacidade económica. Se o quisermos fazer, e, portanto, dar algum peso importante à saúde pública é evidente que não é possível estar ao mesmo tempo do discurso e de uma prática de diminuição constante da despesa na saúde. Não é possível porque se a despesa vai aumentar e nós queremos manter um sistema público de saúde e queremos diminuir a despesa pública isto é uma contradição. O discurso das gorduras poderá funcionar em muitas coisas, pode ser muito importante em muitas coisas, quando aplicado à saúde significa que não é tirada a gordura, é tirado um braço ou uma perna, ou uma coisa qualquer. Acho que é importante referir isto porque se não caímos no discurso de encolher a saúde pública mas na minha terra não. Não me parece que essa tenha sido a filosofia das pessoas que aqui votaram na primeira situação. Queremos uma saúde em Aveiro de qualidade mas dentro de uma óptica de um sistema nacional de saúde de qualidade, e não num sistema de soma negativa em que todos perdem menos Aveiro. Isto não parece óbvio. Aliás, porque se for um sistema de soma negativa significa que haverá uma concentração cada vez maior do sector de saúde dos grandes centros e, portanto, quem ganhará é Coimbra, Lisboa e o Porto, e, obviamente, Aveiro perderá. Poderemos ficar contentes se pensarmos que Beja ou Bragança, só por falar em palavras começadas por B, irão perder mais que Aveiro, mas isso não me parece que seja grande alegria. Eu acho que é importante esta ideia do Bloco de Esquerda de que é necessário haver um enquadramento do problema de Aveiro num problema mais geral, o que me parece também é que, nesta altura concreta, uma nova moção, quando acabou de ser votada por unanimidade e, portanto, tem a máxima força possível que Aveiro possa obter para manifestar politicamente esta situação, perderá e, nesse sentido, não me parece que a oportunidade seja a maior.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[022](#)

“Esta bancada, após a aprovação da Moção anterior por unanimidade, entendemos que a problemática do Centro Hospitalar do Baixo Vouga nada tem a ganhar, nesta fase, com lutas partidárias estéreis. Até porque essas lutas estéreis em nada ajudam a afirmação do dito hospital e da melhoria dos cuidados de saúde para os cidadãos da Região de Aveiro.”

Vogal Ivar Corceiro (BE):[023](#)

“O Bloco apresentou esta moção atempadamente. Aliás, apresentou-a antes da outra moção, daquela conjunta e não a retirou precisamente porque não foi possível enquadrar, nessa moção, o que se passa com o Centro Hospitalar do Baixo Vouga com um problema que é maior que é o Serviço Nacional de Saúde. Como é um problema maior o Bloco não poderia desistir da sua opção política.

É verdade que se aprovou anteriormente uma moção com um objectivo muito claro que é passar uma mensagem ao Governo de que não aceitamos aquilo que estão a pensar fazer ao Centro Hospitalar do Baixo Vouga. Se recusarem agora esta moção do Bloco, aquilo que o PS, o PSD e o CDS farão, se como eu percebi votarem contra, a mensagem que vão passar ao Governo é que não aceitam a portaria que retira

*valências ao Centro Hospitalar do Baixo Vouga mas aceitam o subfinanciamento e a suborçamentação do mesmo Centro Hospitalar do Baixo Vouga. Ou seja, aceitam que os doentes de Aveiro tenham uma pior saúde. Os aveirenses vão pagar caro esta vossa opção política e vão pagar com a sua própria saúde. É só o que eu tenho a dizer. Muito obrigado.”*

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>024</sup> ponto 17. - Apreciação e votação da moção – em defesa do SNS, em defesa do Hospital de Aveiro, sendo a mesma rejeitada, com quatro votos a favor, (BE1+PCP1+IND2), doze abstenções (PS10+IND2), vinte votos contra (PSD14+CDS6).**

Seguiram-se as declarações de voto, nos termos regimentais, dos seguintes vogais:

Vogal Jorge Nascimento (JPA):<sup>025</sup>

*“Votei a favor desta Moção influenciado pela explicação que derradeiramente deu o seu apresentante. Fez notar que esta moção, como eu já tinha percebido, e a minha primeira intenção era votar abstendo-me por ela não conflitar com a moção colectiva, é importante gastar dinheiro com a saúde. É a mensagem que a moção deixa e que a mim me sensibilizou profundamente porque eu acho que a saúde não tem preço. Por isso votei a favor. Se fosse preciso até daria dois votos.”*

Presidente da Mesa:<sup>026</sup>

*“Eu entregarei a minha declaração de voto por escrito, mas aproveito para dizer que o eu é preciso não é gastar dinheiro com a saúde mas é dar boa saúde, a custo controlado, mas boa saúde e com elevada qualidade. Aliás, este é um erro que o país tem desde a primeira má figura que o Sr. Eng. António Guterres fez quando se enganou a fazer as contas, sobre os tais oito por cento. É a velha história de quanto mais gastamos, melhor temos. Não. Eu sou a favor de um Serviço Nacional de Saúde generalizado, sou a favor do acesso de toda a gente a um bom serviço nacional de saúde, mas isso não significa que tenhamos de ter mais gastos do que aqueles que poderemos ter se o desperdício for minimizado e se, por outro lado, as melhores práticas estiverem presentes. Não estou a dizer que isso seja o que esteja a acontecer, mas a despesa como métrica de qualidade e é um erro que em Portuga nos levou a três bancarrotas ao longo de trinta anos.”*

Vogal Eduardo Castro (PS):<sup>027</sup>

*“Uma declaração de voto para explicar a votação do Partido Socialista. Ao contrário do receio do Deputado do Bloco de Esquerda, o Partido Socialista não votou contra e não está a favor de uma política de redução do orçamento na saúde e da redução do papel público da saúde em Portugal. Por isso não votou contra, mas manifestou, estou a repetir o que já disse, a ideia de que esta não seria a altura oportuna para fazer uma coisa, quer dizer, a seguir à outra moção esta moção perderia, na nossa opinião, oportunidade. Por isso nos abstivemos. Para dizer também que é evidente que o objectivo de um bom sistema nacional de saúde não é um aumento da despesa a todo o custo. Mas assim como os economistas gostam de dizer que ‘não há almoços grátis’, e eu meio economista também partilho disso, também é bom dizer que não há bom serviço nacional de saúde a preço de saldo. Se é um objectivo de boa política fazer o melhor sistema nacional de saúde ao preço mais baixo possível, quando se olha só para o preço mais baixo possível e se olha pouco para a primeira parte os problemas começam a surgir, e penso que é o que está a acontecer.”*

## **PONTO 2. — APRECIÇÃO DO 10º RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada em 09/04/2014, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [029](#)

*“Sr. Presidente, muito obrigado. Há algumas matérias que vou referenciar neste ponto pelo que não as vou repetir noutros pontos. Temos aqui um conjunto de pontos sobre a matéria financeira, o plano de saneamento, o relatório de contas da câmara e das várias empresas, o relatório de auditoria. Há neste processo declarações que não repetirei sendo que me cingirei a falar muito pouco para estar ao dispor da Assembleia para o debate, para as questões, para as interacções que entenderem por bem. Os documentos estão apresentados e estudados, não vou estar aqui a fazer apresentações dos documentos porque acho que não faz sentido. Duas ou três notas sobre o plano de saneamento financeiro, notas principais, que, no fundo, mexem muito com aquilo que se passa com a nossa situação financeira na medida em que o grande objectivo do planeamento de saneamento financeiro, à sua nascença, era resolver um problema de grave desequilíbrio financeiro da nossa Câmara. O plano, comprovadamente, teve alguns objectivos que foram alcançados na redução da despesa. Curiosamente, dois dos grandes contributos para essa realidade, um deles é muito criticado, que é a AdRA. A criação da empresa Águas da Região de Aveiro levou para a empresa cento e trinta e cinco funcionários, trouxe para o Município uma retribuição de valor assinalável – cerca de vinte e três milhões de euros – e depois tivemos também, pela ordem natural das coisas, com infelicidade ou felicidade não interessa, por questões de natureza legal tivemos que acabar com setenta e sete contratos de avença, com vinte e sete contratos a termo que, por impossibilidade legal, não puderam ser renovados, e neste período tivemos cinquenta e seis colegas que foram para aposentação. Portanto, estamos a falar de um impacto sobre a estrutura de despesa da nossa Câmara Municipal e do nosso universo municipal de grande monta que é uma das notas dos objectivos cumpridos pelo plano de saneamento financeiro. E é capaz de estar aqui o sucesso do Plano de Saneamento Financeiro. Eu diria um sucesso natural com um contributo notável pela criação da empresa Águas da Região de Aveiro. Em mais todo o resto o plano é o mais completo fracasso. O plano, na receita, é um fracasso total, mesmo nos impostos directos e indirectos ficou bem longe dos objectivos, e depois daqueles absurdos completos, que já eram absurdos há cinco anos e que hoje nem sequer conseguimos encontrar adjectivos sensatos: vender o estádio, aquela célebre operação dos parques de estacionamento. Já na altura objectivos absolutamente irrealis e que hoje, repito, é difícil encontrar objectivos correctos para falar sobre semelhantes coisas.*

*O que fomos vendo é que, malgrado, em boa verdade e temos, obviamente, que a servir, termos tido alguns dos objectivos cumpridos, estamos com um Plano de Saneamento Financeiro que não serve para sanear as nossas contas. Esta versão, este documento de acompanhamento, eu gosto mais de lhe chamar de avaliação mas não é esse o nome formal, de acompanhamento da execução, quisemos alterá-lo nalguma da sua composição, do seu formato, porque se analisarem os anteriores eram exercícios*

*puramente de referenciação e nas matérias mais delicadas tinham parágrafos que não diziam coisíssima nenhuma. Quisemos que este documento, que é um documento de grande importância para começarmos a tratar da verdadeira operação de saneamento financeiro da Câmara e das empresas do universo municipal, já fizesse, ele próprio, a identificação dos desvios em muitas das matérias, em todas aquelas em que é possível, não desvirtuando a sua matriz, até para que seja fácil fazer a comparação deste documento com os nove documentos anteriores. Achamos que isso é muito importante, e não quisemos mudar a estrutura. Esta é uma realidade que a auditoria clarificou com uma referência àqueles aspectos que na conta da Câmara estão no capítulo IV, os tais onze vírgula um milhões de euros que não estão na conta formal mas, na sua maioria, serão, garantidamente, dívida que tem de ser integrada nas nossas contas. E aquilo que é um jogo adicional de verificação na análise das contas de cada uma das entidades do universo municipal é que temos desvios que, em regra, e, obviamente, quanto maiores são as empresas na sua dimensão financeira maior é a dimensão daquilo que vou dizer, é, em regra, o seu desequilíbrio entre a receita que geram e a despesa que é necessária para que vivam tem uma dimensão exagerada, crescente ou mantendo-se como é o caso da MoveAveiro, ou mantendo-se em patamares insuportáveis como é o caso da AveiroExpo. É olhando para tudo isto que a conclusão deste documento é de matar o plano de saneamento financeiro em termos políticos, não o podemos fazer em termos formais, como é óbvio porque temos um contrato com um banco, temos um serviço de dívida a cumprir que temos que cumprir. Portanto, a única operação que temos que tratar é tratar de substituir este trabalho que temos com esta formalidade por uma outra operação com uma outra formalidade. Eventualmente o FAM – Fundo de Apoio Municipal – esperemos que haja FAM e que seja um bom FAM, mas se não houver um FAM teremos que ir fazer um Plano de Saneamento Financeiro novo, completamente diferente, realista, absolutamente realista, para podermos cumprir bem o objectivo importantíssimo de reequilibrar as nossas contas.*

*Este documento procura ser esse exercício de verificação desses desvios. Seguramente que vamos aperfeiçoar alguma matéria no décimo primeiro, que estamos em tempo de o começar a preparar, e quando tivermos que começar a desenhar o novo plano de saneamento financeiro, com FAM ou sem FAM, este é um instrumento importantíssimo. Ou melhor dizendo, estes são instrumentos fundamentais, este relatório de acompanhamento à execução do Plano de Saneamento Financeiro que temos, hoje, em mãos, a todas as contas, a todos os documentos de contas, e o relatório de auditoria, que são documentos, no seu conjunto, e também sempre chamámos hoje e chamaremos sempre a atenção para o trabalho de análise conjunta, ou conjugada, de todos estes documentos para tirarmos as boas conclusões. Obviamente, é aquilo em que estamos todos muito interessados que é tirar as boas conclusões, e basicamente para que o trabalho de desenho de toda a estratégia, de toda a operação, mais que a estratégia, de toda a operação de reequilíbrio financeiro, de reestruturação financeira da Câmara e do universo municipal tenha qualidade, tenha condição, e permita, com a máxima qualidade e com o mínimo gasto de tempo chegar a esse objectivo de equilíbrio, de sustentabilidade das nossas contas, num jogo entre a despesa sustentável e a receita, que ela própria foi muito desbaratada ao longo de todo este período de tempo, com uma incidência muito forte nos últimos quatro anos. Obviamente, temos que corrigir o percurso para buscar este equilíbrio. A tal relação de três vírgula dois ou três vírgula quatro entre a nossa dívida total e a nossa receita total é um desequilíbrio que na gíria normal ou na formalidade de uma análise financeira de uma entidade quer dizer que ela está falida, completamente insolvente. Portanto, tem que ter uma operação radical para reequilibrarmos a nossa capacidade de honrar os compromissos que temos, e não*

*esquecer que só no Plano e Orçamento de 2014 temos compromissos assumidos de quase setenta e cinco milhões de euros e temos uma receita de quarenta e pouco milhões, e encontrarmos solução para termos capacidade para fazermos coisas porque não podemos só viver para pagar as dívidas que temos, temos que ter capacidade de ter receita para fazer coisas, para pagar o dia-a-dia, pagar investimento aproveitando os fundos comunitários, etc.*

*Esta é uma peça muito importante de um conjunto que nos permita ver bem onde estamos para que as acções que já foram feitas, e que já foram algumas, e especialmente as que estão a ser desenhadas tenham a qualidade para permitirmos ter um verdadeiro plano de saneamento financeiro das contas da nossa Câmara e das entidades do universo municipal.”*

### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>030</sup>

*“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Ex.mos Srs. Deputados. Ex.mo Sr. Presidente de Câmara e demais presentes.*

*Primeiro, é curioso que estejamos hoje a ver este relatório do Plano de Saneamento Financeiro porque há um conjunto de elementos que estão em análise nesta reunião da Assembleia Municipal que se devem cruzar. Nomeadamente as contas, que presumo vamos ver a seguir, bem como aquilo que foi a auditoria.*

*Em relação ao Plano de Saneamento Financeiro há aqui muitas coisas que se podem dizer. Primeiro, estranhar a posição que o Partido Socialista teve na reunião de Câmara em relação a este Plano de Saneamento Financeiro pois revisitando o dia vintes e seis de novembro de dois mil e sete verificamos que, nesta Assembleia Municipal, o Partido Socialista foi um dos partidos que votou favoravelmente o Plano de Saneamento Financeiro, com as abstenções, na altura, do PCP e do Bloco. Mas tudo bem. As opiniões são evolutivas e o próprio PCP, na altura, não votou contra. Tínhamos, na altura, alguma esperança, se bem que também dissemos, e passo a citar, que «este Plano de Saneamento Financeiro estava desacompanhado daquilo que era um plano de saneamento que impusesse reais cortes na despesa e nos gastos desnecessários, e, por outro lado, deveria contribuir para aquilo que era uma arrecadação fiscal maior, acima de tudo pela via, não do aumento de impostos, mas pela sua concretização». Olhando para aquilo que é o relatório, aliás o relatório confirma aquilo que o PCP disse, e outros disseram com verdade, confirma, de facto, que a anterior gestão do PSD e CDS foi absolutamente incapaz de resolver os problemas financeiros da Câmara. E este relatório confirma a absoluta incapacidade. Um relatório que diz que o Plano de Saneamento Financeiro foi, passo a citar, «irrealista», «ineficaz», de facto, diz muito.*

*Ao longo do relatório e observando aquilo que é escrito verifica-se que o Plano ficou por cumprir. As extinções das empresas municipais, como a EMA, não foram feitas. As transferências para as Freguesias também não foram feitas de acordo com o Plano. As vendas de património também não foram feitas de acordo com aquilo que está no Plano. As vendas da habitação também não foram feitas como está no Plano. Para agravar mais, há um desvio significativo naquilo que era a obtenção de receita que estava prevista no Plano e que na prática não foi feita. Portanto, o Plano saiu absolutamente furado.*

*Duas ou três coisas finais sobre este assunto.*

*Primeira, nas considerações finais está lá escrito «que a Autarquia tem de fazer uma redefinição da nova política de impostos e taxas municipais». Se do ponto de vista das*

*taxas municipais já sabemos do que é que estamos a falar, nesta Assembleia Municipal vamos ver uma série de regulamentos e lá já estão alterações nas taxas. Do ponto de vista daquilo que são os impostos fica a questão: a que impostos de refere?*

*Em relação àquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse na introdução deste ponto e em relação àquilo que está também plasmado neste décimo relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro, e que está relacionado com o FAM. Antes de mais. O que é o FAM? O FAM, Fundo de Apoio Municipal, já está a marinar, do ponto de vista legislativo, há bastante tempo. A última vez que se discutiu este assunto, há cerca de dois meses, espero não estar enganado, já na altura o PCP fez uma intervenção de fundo sobre esta matéria, cremos que ainda falta legislação ulterior sobre o regulamento do FAM, mas é preciso dizer, desde já, duas ou três coisas. O FAM, muito provavelmente, dentro daquilo que está desenhado, basicamente coloca aos ombros das autarquias mais endividadas, aliás, coloca aos ombros das autarquias que melhor gestão financeira tiveram aquilo que são os prejuízos das autarquias mais endividadas, das suas dificuldades económicas, o que é injusto. Tinha aqui um elemento muito interessante, do ponto de vista negativo, obviamente, que era, por exemplo, a oportunidade de uma autarquia intervencionada pelo FAM passar a ter um gestor dentro dela. Ou seja, há uma ingerência do Estado Central naquilo que é o poder local democrático e que é autónomo. Ou seja, era uma espécie de Troika, só para facilitar a imagem. Seria uma espécie de Troika na autarquia aveirense. Nós, da nossa parte, PCP seremos sempre contra isto. Consideramos que o Poder Local tem que ter autonomia e a autarquia de Aveiro tem que gerir os destinos desta autarquia, e não um gestor que vem cá, no lugar do Governo. E também consideramos o seguinte: é que o FAM deve ser evitado a todo o custo. Quem está na gestão da autarquia é que tem que apresentar as soluções e as propostas, ainda mais uma autarquia da mesma côr política de quem fez a asneira toda, mas preferimos um outro Plano de Saneamento Financeiro ou outras medidas, políticas de fundo, fiscais, etc., mas o FAM nunca é a solução necessária. Tenho dito.”*

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[031](#)

*“Sr. Presidente, peço desculpa. O Partido Socialista foi, aqui, directamente invecivado acerca de uma votação que fez em dois mil e sete sobre o Plano de Saneamento Financeiro. E é absolutamente relevante para o debate político sério que se diga porque é que o Partido Socialista, em dois mil e sete, votou o Plano de Saneamento Financeiro da maneira como votou. E para o debate político ser sério era importante que o Sr. Deputado do PCP explicasse porque é que isso aconteceu, até porque isso está na acta, na acta dessa votação na Assembleia Municipal, e também no âmbito dos esclarecimentos prestados na Câmara Municipal. Se V. Exa. mo permitir eu em trinta segundos explico porquê. Simples. Quando eu disse em trinta segundos, vão ser trinta segundos até porque depois nós reservar-nos-emos para esclarecimentos mais profundos no debate dos pontos seguintes. E é muito simples.*

*Essa votação em dois mil e sete foi no âmbito de uma discussão política tida nos órgãos autárquicos do Município em que o Partido Socialista assumiu, como é seu apanágio de responsabilidade política, que a situação da Câmara era delicada, do ponto de vista financeiro. Havia dificuldades que era preciso enfrentarmos e os pedidos, à época, para se poder fazer frente a essas dificuldades era a elaboração de um Plano de Saneamento Financeiro. Assumiu o Executivo Municipal da altura que o desequilíbrio não era estrutural mas conjuntural. E mal. Todavia, o Plano de Saneamento Financeiro era a única medida possível para se tentar fazer frente a essas dificuldades. Na altura,*

*nós não votámos o documento com as medidas. O que se votou a autorização ao Executivo para poder elaborar um Plano de Saneamento Financeiro que fosse presente aos órgãos autárquicos para aprovação. Quando essas medidas aqui chegaram nós, obviamente, votámos contra. Naturalmente que votámos contra. Mas eu depois terei ocasião para explicar melhor porquê. Mas não queria deixar de fazer já este esclarecimento.”*

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[032](#)

*“Boa noite. Eu vou falar do Regime Financeiro das Autarquias Locais, do FAM, etc., aquando da discussão do Relatório de Auditoria Interna, porque me parece que o contexto será aí muito melhor. Embora perceba que neste momento também se pudesse falar.*

*Mas o que aqui interessa, em primeiro lugar, acho que é sempre de sublinhar a tragédia em que o Governo do PSD e do CDS tem mergulhado o Concelho de Aveiro. Nós andamos aqui há oito anos a seguir relatórios dum plano de saneamento financeiro, com toda a política inerente ao mesmo, relatórios, reuniões de Câmara, Assembleias Municipais, etc., e passados os oito anos o que é que a mesma coligação PSD-CDS nos traz? Traz-nos que assume que é manifestamente incapaz de resolver o problema do grave desequilíbrio financeiro da Câmara e todas as entidades do universo municipal. Por isso, vai fazer um novo, o verdadeiro e realista, profundo, Plano de Saneamento Financeiro. Ou seja, vamos voltar à estaca zero, porque vamos fazer um novo projecto diferente deste. Um dos factores mais preocupantes da política, nos dias que correm, e é grave que comece a aparecer sempre, todos os dias, nos órgãos políticos, que gerir bem a coisa pública passa sempre pelo mesmo, ou seja, pela redução do número de colaboradores. Parece que a redução do número de colaboradores, ou seja, o desemprego, é sempre algo essencial para a redução de custos. Não é por acaso que este relatório comece exactamente por aí. Eu até me lembro, com alguma preocupação, que na última campanha eleitoral assistimos a um debate em que a direita estava a lutar para ver quem é que tinha despedido mais pessoas. Acho isto grave, gravíssimo, que se centre toda a discussão no despedimento de colaboradores e não em outros factores políticos bem mais pesados para a despesa da coisa pública.*

*O problema da redução do número de colaboradores significa sempre mais desemprego. O desemprego é uma das maiores calamidades sociais nos dias que correm. É, até, um factor de agravamento da economia, mas nós falamos da redução do número de colaboradores como se fosse uma coisa leve. Vamos reduzir o número de colaboradores, atirar gente para o desemprego que isso não faz mal nenhum e a Câmara melhora a sua situação financeira. Não melhora. Está visto que não melhora. Agora, a AdRA. A receita que a existência da AdRA trouxe está a sair dos bolsos dos cidadãos. Houve um aumento de receita para a autarquia local mas está a sair dos bolsos dos cidadãos, na prática. Já pagam muito mais pela água e vão pagar ainda muito mais, já toda a gente percebeu isso. E mesmo a redução de colaboradores, evidenciada neste relatório, começou, como foi muito bem dito pelo Presidente, começou, numa primeira instância pela entrada em funcionamento dessa AdRA, que absorveu cento e trinta e cinco colaboradores num regime de cedência. Isto é preocupante porque, contratualmente, aliás está neste relatório, esses mesmos cento e trinta e cinco colaboradores a qualquer momento podem optar pela cessação de cedência e regressar à sua origem. A sua origem são os Serviços Municipalizados de Aveiro. Só que o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Aveiro*



*aprovou, em abril, a extinção desses serviços. Pelo que eu percebi aqui a vontade em que eles regressem não é nenhuma. Parece-me que esse direito que estava contratualizado como é que fica isso? Perderam esse direito. Foi-lhes prometido e eu queria perguntar como é que ficam estes colaboradores em relação a essa garantia. Podem voltar para a Câmara? Ótimo.”*

Vogal Santos Costa (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[033](#)

*“Muito obrigado, Sra. Presidente em exercício. Vou tentar ser o mais breve possível. Mas não poderia deixar de manifestar, logo à partida, alguma das minhas preocupações depois de ouvir o Sr. Presidente. Se este documento tivesse que ser votado, nós, a querer ou sem querer, estaríamos, com certeza, a arranjar um problema muito grave ao Executivo da Câmara Municipal de Aveiro. Penso eu.*

*O Sr. Presidente tem que começar a governar e deixar de fazer referências ou insinuações àquilo que pertence ao passado. Como foi dito, não é um bom documento mas, na altura, foi o melhor que se soube e que se encontrou para resolver esse problema. E o facto dele existir não impede de a todo o momento, e já lá vão seis meses, Sr. Presidente, de o melhorar. Quando ele foi aprovado foi como tivesse estoirado a nível nacional, e não só, uma situação de crise que nos vinha a absorver a todos. As empresas começaram a não ver a luz ao fundo do túnel; os bancos estavam sem dinheiro; os juros estavam altíssimos; e ele foi aprovado. O facto de existir não impede, Sr. Presidente, ir junto das Instituições bancárias, que são os principais “absorvedores” desse dinheiro, para negociar as taxas de juro. Quero lembrar V. Exas. e o Sr. Presidente que nunca me lembro que as taxas de juro, e as taxas de referência, estivessem tão baixas como agora estão. Portanto, o documento não é assim tão mau. Não é assim tão mau. É preciso, efectivamente, debruçar-se e ver onde é que se pode melhorá-lo. Há muita coisa que se pode melhorar. Eu estou convencido disso e o Sr. Presidente sabe-o bem. Mas dá-me impressão que o Sr. Presidente apanhou o gosto de todos os dias nos sacrificar com más notícias. Os aveirenses começam a ficar cansados e saturados.*

*Hoje, ao ler o jornal, são precisos mais quinze milhões. Numa Câmara que se diz falida, insolvente, isto não são boas notícias. O Sr. não é só nosso representante. O Sr. é nosso governante. Aos bons governantes pede-se audácia, ousadia e sabedoria. O Sr. tem-na, só não sei porque é que não a tem usado naquilo que era importante. Tenho dito.”*

Vogal Jorge Greno (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[034](#)

*“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Sr. Presidente da Câmara. Srs. Vereadores. Estamos a debruçarmo-nos sobre um documento que tem o seu passado, que tem a sua história. O Sr. Presidente da Câmara já fez um resumo dos vários condicionalismos que este documento tem, das virtudes que teve, e teve-as, não dizemos que não, mas tem defeitos e os defeitos são, sobretudo, no cálculo da receita, como, infelizmente, era habitual. E, portanto, quando num documento deste género o cálculo da receita é empolado, para mais tendo em conta a situação de crise internacional que se viveu após a sua aprovação, que levou, por exemplo, quando eu há bocadinho ouvi um comentário de um Sr. Deputado a dizer que não se conseguiu vender o património e o imobiliário tal como estava aqui, obviamente, que não. Nem em quantidade, mas mesmo que fosse em quantidade nunca, se calhar, aos preços que estavam porque todos sabemos que os preços imobiliários desceram por aí abaixo. Portanto, era impossível alguns dos*

*objectivos que estavam aqui. De qualquer forma, este tipo de documento é para nos dar conta da situação actual face a um documento passado, e traçar perspectivas de como é que se há-de fazer para o futuro. E para isso cá estaremos para dar os nossos contributos. Muito obrigado.”*

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[035](#)

*“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Em relação ao Plano de Saneamento Financeiro isto podia ser só mais um relatório de avaliação. Mas não é. Os outros que cá vieram no anterior mandato vinham tarde a más horas e a informação que tinham era absolutamente reduzida ou inexistente. Esta era a realidade com que nós nos confrontávamos quase sempre na avaliação desses relatórios. Este tem mais coisas. Por aquilo que o Sr. Presidente disse merece outro tipo de reflexão.*

*A primeira diz respeito àquilo que recorrentemente nós temos vindo a afirmar que, de facto, há uma necessidade urgente de um novo Plano de Saneamento Financeiro. E a urgência é cada vez maior. Esse Plano de Saneamento Financeiro tem, naturalmente, que ser expurgado de medidas que são irrealistas, são desinteligências. Há bocado ouvíamos o Deputado Jorge Greno dizer que a receita estava empolada. Dizer que a receita é empolada é estar a ser simpático com a palavra, porque um Plano de Saneamento Financeiro que tem a concessão do Estádio Municipal por mais dinheiro do que aquele por quanto foi construído mais as suas acessibilidades, é uma nota de humor. Eram notas de humor que tinha o Plano de Saneamento Financeiro. E foi com base nessas notas de humor que o debate político se foi fazendo ao longo de oito anos. Estarmos a debater isto, hoje, alguns de nós que cá estivemos durante oito anos, de facto, nós temos que fazer um esforço de nos capacitarmos e de nos transportarmos para outra linguagem de rigor que não estávamos habituados no debate político. Não é razoável fazermos um debate político, ou termos feito um debate político e a gastarmos tantas energias, com base num Plano de Saneamento Financeiro como este que nos é presente, que nos foi presente.*

*Ponto dois. Aprofundar o esclarecimento que prestei ao Deputado Filipe Guerra. O Partido Socialista, à época, acabado de perder as eleições em dois mil e cinco, reconheceu publicamente aquilo que era notório aos olhos de todos. Havia uma complexidade e dificuldades financeiras com que o Município se confrontava. E essas dificuldades financeiras tinham uma razão de ser, que estava aos olhos de todos. Vou reservar essa nota mais do passado para outro ponto.*

*O expediente, à época, da Lei das Finanças Locais, artigos quarente e quarenta e um, estava em fazer planos de saneamento financeiro ou de reestruturação financeira e as câmaras municipais tinham que avaliar. Se estávamos perante desequilíbrios conjunturais ou estruturais. À época foi dito na Câmara e aqui que era um desequilíbrio estrutural, e era preciso encará-lo. Entendeu-se que não e venha o Plano de Saneamento Financeiro. O que é facto é que o Plano de Saneamento Financeiro serviu para muito, muito, pouco.*

*Há uma divergência de fundo que nós temos com o Sr. Presidente da Câmara com o negócio das águas, como sabe. De facto, terem saído para a AdRA cento e trinta e cinco funcionários, e aquilo que não se pagou aos cento e trinta e cinco funcionários tem relevo nas contas do Município. Os milhões que V. Exa. refere que entraram nos cofres do Município, por via desse negócio, também têm relevância. O problema está é que nós achamos que foi um mau negócio para a Câmara Municipal de Aveiro. E essa é uma divergência de fundo. Nós, à época, dissemos porquê e dissemos como entendíamos que esse negócio devia ter sido feito. Portanto, nós achamos que, nesta*

*altura, o negócio da água para Aveiro deveria ter sido muito mais proveitoso do que aquilo que foi. Este é outro ponto.*

*Um outro ponto para dizer o seguinte e é também outra divergência que temos com aquilo que já foi aqui explicado. De facto, a Câmara Municipal de Aveiro tem, hoje, funcionários a mais. Mas quero recordar todos que não vou entrar, e o PS não irá entrar, na dialética política que o anterior Presidente da Câmara gostava de fazer que era trazer um papel em excel dizendo «quando eu entrei os funcionários eram estes e hoje eu consegui que sejam só estes». Como se houvesse uma grande vitória e se fosse por sua própria capacidade que isso tivesse acontecido. Não. É que o Presidente da Câmara Municipal e o Executivo Municipal não pode despedir pessoas. Não pode despedir pessoas. Não é das suas competências despedir ninguém. Não o pode fazer. Poderá, se calhar, um dia. Mas não podia e não pode, as leis não o permitem. Aliás, a lei da mobilidade para a administração local ainda é uma coisa que vai fazer correr muita água debaixo da ponte, apesar de existirem esses dois por cento que existem na Lei do Orçamento do Estado e que têm de se reduzir. Mas para já, não pode. Saíram cento e trinta e cinco funcionários para a AdRA, outros aposentaram-se, outros saíram para outras instituições públicas. É assim, seriamente, que se tem de discutir as questões. Quando o PS chegou à Câmara não havia um jurista na Câmara, um licenciado, não havia arquitectos, não havia engenheiros. Teve que se recrutar pessoal. Foram oito anos de grandes realizações e era preciso recursos humanos para fazer isso. De facto, eles agora, numa altura em que as realizações são menores, porventura, eles são excessivos. Temos que procurar adequar e ter capacidade e flexibilidade para fazer isso. E é neste ponto que o PS quer recolocar a questão.*

*Em relação ao Plano de Financiamento Financeiro, para terminar, manifestar uma preocupação. O Sr. Presidente disse e disse muito bem, aliás, nós já depreendemos isso das suas intervenções anteriores, que o Fundo de Apoio Municipal será o grande instrumento financeiro à disposição dos Municípios, como o Município de Aveiro, para poderem equilibrar as suas contas. Já aqui tentámos calendarizar, na medida do possível, a possibilidade de quando se poderá começar a receber parte desse dinheiro. Se calhar já só lá para o final do ano, em face dos atrasos que V. Exa. aqui esteve a dispor. Para o final do ano ainda faltam muitos meses. O problema está, como nós aqui também já tivemos ocasião de dizer, que ainda há muitos municípios com muitos milhões para receber à conta do PAEL. Portanto, não será de todo irreal podermos pensar que o Fundo de Apoio Municipal, este ano, não se poderá contar com ele. É expectável que isso possa acontecer. Vamos andando e vamos vendo. Esperemos que sim.*

*A pergunta que tem de ser feita é: Sr. Presidente, se for assim qual é o plano B? A Câmara estará até dezembro sem receber o Fundo de Apoio Municipal? Então com que receitas é que V. Exa. pensa governar e concretizar as promessas e o contributo que quer dar a Aveiro? Estas são as questões que gostaríamos de deixar. Muito obrigado.”*

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[036](#)

*“Já quase tudo aqui foi dito sobre o Plano de Saneamento Financeiro e muito bem enquadrado pelo Sr. Presidente. Fica bem ao PS reconhecer a sua quota-parte de responsabilidade na questão financeira da autarquia. Mas há uma coisa que não foi aqui referenciada e que também é importante ligar a esta questão: o empréstimo dos cinquenta e oito milhões. De facto, nós temos um Plano de Saneamento Financeiro que era obrigatório tê-lo no contexto desse empréstimo. Já há bastante tempo, o Dr. Santos Costa falou aqui em “já há seis meses e o Presidente ainda não alterou isso”, mas a*

*verdade é que o anterior Vereador das Finanças, o Dr. Pedro Ferreira, numa discussão que aqui tivemos talvez à volta de um ano e meio, ele próprio reconheceu que este Plano de Saneamento Financeiro estava esgotado e que já não era minimamente realista pela questão do Estádio. Nunca foi, mas ele reconheceu, nessa altura, que não era minimamente realista. Mesmo assim ele ficou de trazer uma revisão do Plano de Saneamento Financeiro, e não o fez, não trouxe. E teve bem mais que os seis meses do que agora, que ainda se está a tentar inventariar, a saber como está a situação. E é importante fazer isto.*

*Sempre tivemos, apesar de termos sempre reconhecido a inocuidade deste Plano, apesar de algumas questões, que o ir votando favoravelmente porque ele tinha que estar aprovado, sob pena de algumas consequências.*

*Também acho engraçado falar-se na questão do porquê do Sr. Presidente não fazer a revisão dos juros. A minha memória não é fantástica, certamente da Câmara conseguirão esclarecer, mas ao que eu me recordo desse tal empréstimo dos cinquenta e oito milhões, a opção tomada pelo Executivo da Câmara que o negociou era ter, salvo erro, uma taxa fixa e não uma taxa flexível. Outras pessoas aqui poderão falar melhor dessa questão mas isso é importante. Agora pode ser renegociada, mas na altura optaram por uma taxa fixa. Esta era a segunda questão.*

*Mais uma vez nós vamos ter que ter ainda este Plano de Saneamento Financeiro. Mas eu não posso deixar de dizer uma coisa que vai ser debatida mais à frente mas que está aqui plasmada neste Plano. Julgo ser interessante dizer já. É uma curiosidade. Por um lado implementou-se uma taxa turística, sobre os visitantes que dormem nas unidades hoteleiras em Aveiro, com a perspectiva de que esses visitantes pagassem os serviços que se lhes prestam e a qualidade dos serviços, mas, por outro lado, aquilo que se verifica é que os museus tiveram muitos mais visitantes, passou, em período homólogo, de doze mil e duzentos visitantes para vinte mil e poucos, mas a receita é inferior. Ou seja, puseram uma taxa turística mas depois estiveram a dar borlas nos museus. É só um pormenor.”*

Vogal João Barbosa (PS)<sup>037</sup>

Presidente da Mesa:<sup>038</sup>

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>039</sup>

*“O Sr. Presidente trouxe um documento que é a explicação transitória, a explicação de um espaço de tempo da execução de um plano financeiro. Eu estive aqui, em dois mil e sete, a aprovar esse Plano. E vou-vos dizer que houve considerações que se fizeram, de vária ordem. Para uns o desequilíbrio era financeiro, para outros era um desequilíbrio estrutural, nomeadamente para um senhor muito especialista e conhecedor da matéria, o Dr. Raúl Martins, tinha, de facto, essa opinião, mas aprovou-se esse documento. Era um documento tido por necessário, o CDS, do qual fazia parte, e o PSD aprovaram apoiando a governação, isto é, o Executivo da ocasião. E os motivos presentes foi de que havia pequenos credores desta cidade que precisavam de ser pagos, os juros eram a taxas(...), iam surgindo processos, isto já vinha de trás porque é nos dois primeiro anos que surgem essas dificuldades, juros comerciais que chegavam a doze por cento, e, por isso, havia que pôr cobro a isso. E muito bem. Hoje tem esta execução. O Plano, na sua execução, vai sendo melhorado como compete a quem governa, melhorá-lo. E compete às bancadas que sustentam o poder, outrora ao mesmo CDS e ao mesmo PSD que hoje aqui estão a apoiar este Executivo, apoiar. Portanto, não vejo bem porque razão é que agora o CDS, não sei se o faz, e o PSD, que o faz porque já ouvi, vêm tirar essa alavanca, esse sustentáculo, ao poder sustentou a governação. Fica-lhes mal,*

*muito sinceramente. Podem defender agora o que quiserem mas quanto mais quiserem defender, mais se banham na desonra. Trair ideias que anteriormente se manifestaram não é bem.*

*Já aqui foi dito, e bem, pelo meu ilustre colega de bancada, Sr. Santos Costa, um homem com larga experiência de presença no Executivo, que falar do passado já pouco interessa. Não interessa andar a criar um quadro negro, um quadro dramático, que só serve para assustar as pessoas. Sobretudo quando nós pensamos que este susto tem alguma intenção. Intenção que a Câmara, no seu discurso, vai revelando. Por exemplo, a Câmara vai dizendo agora, e era um esclarecimento que eu gostaria que a Câmara, depois, dissesse pela voz de seja quem for, eu gostava que fosse pela do Sr. Vereador, por exemplo, das finanças, eu gostava que os Sr. Vereadores fizessem parte do acto, se não isto parece um monólogo da assembleia com o Sr. Presidente. Gostava de ouvir também os Srs. Vereadores quando a Câmara responde. Sinceramente que gostava de ouvir. Gostava que esta resposta me fosse dita por outros colaboradores. Então, gostava de saber o que é isto de receita desbaratada? O que é que a Câmara quer dizer que a anterior desbaratou a receita. Oxalá que isto não nos amedronte mais, pela voz de quem nos der a resposta, que não seja um aumento desmesurado, desproporcionado, a todo o custo, das tabelas de taxas, licenças, impostos. A não ser os financiamentos oficiais, esses já estão tipificados, quantificados e têm matéria de cálculo, aquilo que a Câmara pode fazer é aumentar o sacrifício dos aveirenses. Eu gostava que a Câmara esclarecesse já isso de uma vez por todas.*

*Compete à Câmara governar. Não compete andar a fazer história do passado. Sr. Presidente, nós já estamos cansados. O passado, a governação toda, apoiadas porque bancadas forem, morreu... died... três cruces... acabou. Vamos, agora, caminhar para a frente. Vamos usar o verbo no futuro. Quanto às realizações vamos pôr o verbo no passado, a dizer «eu fiz». Não é só com intenções manifestadas que nós resolvemos o problema. É resolver. Compete-lhe governar e deixe a Câmara, seja lá por quem for, pela voz de quem for, nos massacrar com quadros de expectativas absolutamente negativas que esta cidade não merece. Esta cidade merece ser governada por alguém que, com serenidade, aguente o barco. Merece ser governada por um verdadeiro, como eu disse há dias, um verdadeiro capitão. Que assuma a realidade, que a elabore consigo e com os seus colaboradores, que arranje soluções, e, sobretudo, que as faça e se deixe de proclamações, porque as proclamações, sinceramente, não nos levam a lado, absolutamente, nenhum. Podem guindar alguém numa carreira política, mas para o que servem é para prejudicar o espírito dos aveirenses e criar receios e temores de todo justificados, como se não justificaram no passado. Aveiro percorreu o seu caminho e nós estamos aqui. Há que resolver os problemas porque Aveiro é uma cidade que tem problemas como todas têm. Muito obrigado.”*

Vogal Jorge Greno (CDS)<sup>041</sup>

Vogal Jorge Nascimento (JPA)<sup>042</sup>

Vogal Paulo Marques (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>043</sup>

*“Este relatório, para quem esteve menos atento e para as pessoas que aqui estão e que, provavelmente, não tiveram acesso ao documento mas também têm todo o direito em saberem, este relatório diz respeito ao período de dezoito de maio e dezassete de novembro. Não se contesta o conteúdo do relatório, as conclusões são claras, algumas delas já aqui foram apresentadas, e muito bem, pelo Sr. Presidente da Câmara. Mas há aqui um facto que temos que ter em consideração. Do período de tempo, dezassete de novembro até agora, já aqui foi dito, passaram-se seis meses e o actual Sr. Presidente*

*da Câmara foi acusado de não ter feito coisa nenhuma. Que não age, está aqui há seis meses e parece que não se sabe o que é que está a fazer. Eu digo assim, será que o bom-senso nos diz, Sr. Presidente da Câmara, no dia um de setembro, ou dois ou três, aliás, a seguir às eleições, comece já a agir? Ou o Sr. Presidente da Câmara tome boa nota daquilo que tem em mãos, procure saber em que estado está a Câmara Municipal de Aveiro, e, perante as conclusões a que chegar, então sim, opte pelos melhores caminhos, opte pelas melhores decisões. Nestes seis meses, todos viram que o Presidente da Câmara, todos veem, no dia-a-dia, na rua, que não esteve parado, nem o Executivo. Algumas coisas foram feitas e perguntamos muitas vezes porque é que não foram feitas no passado? Coisas tão simples como os pequenos canteiros. E eu só me estou a referir a estes seis meses. O Sr. Presidente da Câmara, Eng. Ribau Esteves, como é do conhecimento de todos, apresentou-nos, há pouco tempo, uma auditoria. Aliás, vamos hoje debater essa questão. Um levantamento daquilo que precisa de saber para governar a Câmara Municipal para o futuro. Isto não é normal? É. Anormal, seria se não o fizesse. E não querendo voltar ao passado, porque não interessa para coisa nenhuma, isto que o Sr. Eng. Ribau Esteves está a fazer é tão natural que o Dr. Élio Maia também fez. Ou já se esqueceram que tivemos uma inspeção-geral de finanças que apresentou um relatório a pedido desta Câmara? Da Câmara anterior, aliás. Foi para quê? Não foi para saber o que tínhamos em mãos? Não foi para perceber o que é que se podia fazer para a frente? Mas qual é a relevância desta questão?*

*Interessa perceber o seguinte. Este é um relatório que diz respeito ao último período do mandato anterior e, neste momento, temos determinadas conclusões que se baseiam neste relatório e temos um novo documento que nos permite tirar ilações, tirar considerações e actuar. E é isto que interessa. O resto, já aqui o disseram, também concordo. Tivemos um Presidente da Câmara, Dr. Élio Maia, e eu acredito nisto, como acredito em qualquer treinador de futebol, não há ninguém, não há nenhum treinador, não há nenhum Presidente de Câmara, não há nenhum dirigente que, em qualquer instituição, queira o pior para a instituição que representa. Faz o melhor que pode, dentro das condicionantes que tem e diz o que se passa. Correu mal... correu bem... estamos aqui para analisar um relatório que diz o que correu mal e o que correu bem. Temos aqui uma auditoria que nos diz que vamos tentar fazer melhor. E é isto que conta.*

*Louvo com seriedade a forma como o Partido Socialista, pela voz do Dr. Marques Pereira, abordou esta questão. Uma questão séria. Tenho pena que o mesmo não possa dizer do Movimento Juntos por Aveiro.”*

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[044](#)

*“Muito obrigado Sra. Presidente em exercício. Muito boa noite a todos os presentes. Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades. É sempre interessante ouvir pessoas que há bem pouco tempo desejavam falar do passado com tanta ansiedade e, de um momento para o outro, querem esquecer o passado. Mas isto é apenas um aparte ao qual não resisto porque é sempre interessante perceber este tipo de abordagem relativamente a factos políticos. Quanto ao Plano de Saneamento Financeiro e ao relatório que nós temos aqui à frente apenas duas ou três considerações. A primeira é a de começar por distinguir o que é o Plano de Saneamento Financeiro, em si e na sua substância, e aquilo que é o documento que nos é aqui trazido para nós podermos acompanhar a execução do mesmo. Sobre o primeiro, o Plano de Saneamento Financeiro, está tudo dito na página seis e passando a citar: «é irrealista e incapaz de*

*resolver os seus graves problemas». Nada mais a dizer sobre o assunto. O Plano de Saneamento Financeiro desde que tal foi dado a conhecer, com algumas medidas que ainda se mantêm tem, de facto, esta característica: pouco serviu àquilo que eram os seus desígnios iniciais. Relativamente ao documento em si, de facto, é de registar uma melhoria da qualidade de informação apresentada, o que se saúda porque, de facto, permite-nos ter e transportar a discussão para outros níveis que não necessariamente aqueles que se tiveram aqui num passado recente. Não há grande novidade, ou grandes novidades, face àquilo que nos é aqui trazido, pelo menos na perspectiva do Partido Socialista, não há grandes novidades. Mas há aqui algumas questões que se podem extrair daquilo que está escrito nalguns pontos neste Plano de Saneamento Financeiro. Nomeadamente, naquilo que será o seu resumo, na página noventa e um, e onde são feitas referências àquilo que se perspectiva fazer num futuro próximo, não só relativamente ao Plano de Saneamento Financeiro, mas como também a outras questões em termos de Câmara Municipal. Questões interessantes que merecem alguma explicação mais aprofundada como, por exemplo, a questão de perceber, e essa é uma questão já colocada, como é que a nova estrutura da câmara impacta na questão financeira. Ainda aguardamos pela resposta do Sr. Presidente relativamente à questão numérica associada a este aspecto.*

*Outra vez uma ênfase muito grande no Fundo de Apoio Municipal que se espera que venha a ser uma solução ou que venha a ser a panaceia de todos os problemas, ou da grande maioria dos problemas, que a Câmara tem em termos de saneamento financeiro. A questão da própria reestruturação do Plano de Saneamento Financeiro, eternamente adiada. A pergunta que se coloca aqui é até que ponto a partir de certa altura será oportuno continuar a insistir nesta questão da revisão, porque o tempo vai passando e, possivelmente, existirão outros instrumentos como o Fundo de Apoio Municipal. Portanto, estamos a falar de uma solução conjunta ou de uma solução “e”: reestruturação do Plano de Saneamento Financeiro e Fundo de Apoio Municipal, ou uma coisa ou outra, se a reestruturação do Plano de Saneamento Financeiro acontece se o Fundo de Apoio Municipal falhar. A pergunta é se isso acontecerá em tempo devido e útil para aquilo que é a solução para alguns problemas da Câmara Municipal. Estará aqui, eventualmente, aberta uma porta para o aumento de impostos no próximo ano? Estamos a falar de um ponto que se refere especificamente à reforma global das receitas e definição a nova política de impostos e taxas municipais. Aumentos? Sim ou não? Quando e para quando? Obviamente que é prematura esta questão, dado o momento temporal em que nos encontramos. Mas pode-se perspectivar aqui uma questão muito relevante a este nível. E há também aqui uma questão relativamente à MoveAveiro onde está uma informação que se poderá considerar como sendo, efectivamente, uma decisão tomada relativamente ao futuro da empresa municipal: «extinção da empresa municipal MoveAveiro, perspectivando-se a concessão das suas operações, sob gestão da Câmara Municipal». Esta questão também tem impacto naquilo que vai acontecer com os Serviços Municipalizados, se se vai extinguir ou não a MoveAveiro, se se vai concessionar ou não. Há aqui um conjunto de questões que não têm a ver necessariamente com o Plano de Saneamento Financeiro, mas os documentos estão em conjunto e a informação que aqui está é esta. Se calhar está repetida noutros documentos, mas estas questões podem ser colocadas a qualquer momento, visto que vamos discutir a seguir o documento do Relatório e Contas e a seguir vamos discutir a Auditoria, e, portanto, sobre esta informação seria interessante perceber algum aprofundamento destas questões que aqui foram deixadas.”*

Vogal Simão Quina (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>045</sup>

*“Boa noite Sr. Presidente da Mesa. Ex.ma Câmara. Caros companheiros. Boa noite a todos.*

*Este décimo relatório de acompanhamento de execução do Plano de Saneamento Financeiro demonstra a ineficácia do Plano e a sua insuficiência no sentido de devolver a sustentabilidade financeira ao nosso Município. Neste relatório vemos coisas boas, vemos coisas más. Penso que teremos todos que aprender com as coisas más e as coisas boas, e tentar dar o nosso melhor para fazer bem. Neste relatório está demonstrada a necessidade deste Município de se socorrer de um instrumento financeiro, que poderá ser o referido Fundo de Apoio Municipal ou outro instrumento qualquer que ofereça as melhores garantias. Nesse sentido esperemos que este Executivo consiga trazer-nos bons resultados nesse sentido. Muito obrigado.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>046</sup>

*“Sobre o Plano de Saneamento Financeiro vou ser breve. Fazia parte do programa eleitoral da candidatura Aliança com Aveiro e há muito que era opinião da bancada do PSD nesta Assembleia a revisão do Plano de Saneamento Financeiro. Este, com o tempo, veio-se a mostrar ineficaz principalmente na vertente da receita. Assim, entendemos, nesta bancada, que este Plano elaborado para um espaço temporal de maio a novembro, e trazido a esta Assembleia, mais não representa que o cumprir de uma obrigação. Após a conclusão da Auditoria Interna para nós, PSD e CDS, representa uma foto real do estado das contas do Município, a dita auditoria, e deve o Executivo, aliás como no nosso programa eleitoral, juntamente com o Governo do país, concorrer e elaborar um programa para o FAM – Fundo de Apoio Municipal, para poder fazer face às dívidas e projectar no terreno os anseios dos aveirenses, quanto à sua qualidade de vida no nosso Concelho. Este sim, é mais um passo em toda a reestruturação da dívida municipal: auditoria, organização dos serviços municipais e, agora, a candidatura ao FAM. Nesta bancada acreditamos no FAM e apoiaremos o Executivo nos passos a dar até a ele.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>047</sup>

*“Sr. Presidente, muito obrigado. E muito obrigado a todos porque o que se tira de substantivo deste debate é que temos um excelente relatório de acompanhamento de execução. Este décimo é excelente. E é muito importante que a nossa acta diga isto com clareza. Não há uma nota crítica, temos um documento com qualidade, com informação, ao contrário do que tínhamos até aqui. Obviamente, ele está feito com verdade, este é um trabalho da nossa equipa técnica, apenas com uma orientação nova quando lhe determinámos que queremos que o relatório tenha isto, aquilo e aqueloutro. E é isto a nossa vida, verdade e clareza. Portanto, registo com o maior agrado que todas as intervenções não tiveram uma pequenina nota crítica ao documento. E, nesta fase, é isto que interessa.*

*Caro Santos Costa, não vale a pena vir para aqui fazer circo político. Eu sei que o meu amigo tem algum jeito para o fazer mas a vida é assim. Era muito mais interessante estar aí o vice-presidente da Câmara anterior ou lá em cima, em vez de estar há bocado no público, encostada à parede, a Vereadora do mandato anterior, ou, na câmara, estar o primeiro responsável pelos dois mandatos anteriores. Era muito mais interessante. Só o que é que eles fizeram? Fugiram. E o que é que vocês estão a fazer*



*neste debate? Estão a fugir, com o vosso jeito, cada um com o vosso jeito. Eu trago com gosto, aqui, este ponto? Pedi ao Sr. Presidente da Assembleia para o agendar, por gosto? Não. Por obrigação legal. Eu trago aqui as contas com gosto? Nada. Por obrigação legal. A única peça que temos aqui hoje sobre matéria financeira, por opção política nossa, trazemos cá com gosto e por compromisso com os nossos eleitores, por compromisso político já que não temos qualquer obrigação legal, é o Relatório da Auditoria. Portanto, não vale a pena fugirmos e começarmos a fazer perguntas e dissertações sobre outras matérias que discutimos, já discutimos, vamos discutir e discutiremos. Agora, esta é a questão: a lei obriga-nos a fazer um relatório semestral e obriga o relatório a ser apreciado na Câmara e na Assembleia Municipal. Paciência. Não se pode fazer nada. Não vos posso fazer nada. O que é que vocês querem fazer? Mão à frente dos próprios olhos e falar de não sei do quê. Não há volta a dar-lhe, a realidade é a realidade, a determinação legal é a determinação legal, e temos que tratar disto. Eu acho que é muito importante a conclusão política principal. Temos um excelente décimo relatório de acompanhamento à execução do Plano de Saneamento Financeiro. Não teve uma única nota crítica. E, neste momento, é o que interessa. Neste momento é, politicamente, aquilo que interessa.*

*O Filipe Guerra falou do FAM. Obviamente, lamentamos todos que ainda não tenhamos FAM, ainda não há a primeira versão. É público que o grupo de trabalho já entregou a primeira proposta ao Governo, mas o Governo ainda não a pôs em cima da mesa da ANMP que, obviamente, é o parceiro principal. Ainda não temos essa matéria. Não vai haver tutor nas Lei das Finanças Locais. Vamos ver o que diz o FAM mas está claro que aquilo foi um desvario do anterior Secretário do Estado quando veio com essa conversa, porque no diploma não está lá nada disso. Faremos um contrato. O contrato terá um Plano de Saneamento Financeiro, um plano de acção ou um plano de não sei de quê, tem um documento de base para trabalhar o contrato financeiro. É um empréstimo financeiro que tem de ser pago e tem um conjunto de medidas que têm de ser tomadas. Isso é um clássico, mas, obviamente, tem de ser cumprido e tem de ser acompanhado pela entidade que o está a executar e pela entidade que o está a financiar. Portanto, está claro que, ao abrigo da Lei das Finanças Locais em vigor e de outras, não pode ser de outra maneira. Agora, também não pode ser aquilo que o passado em Portugal permitiu que em Câmaras em saneamento financeiro não aconteceu nada. Não foram saneadas de coisa nenhuma. Há uma câmara em Portugal muito famosa, por simpatia não vou dizer o nome, que está a dezasseis anos em saneamento financeiro. Aquilo não ata, nem desata. Está hoje quase tão mal como está há dezasseis anos, porque em Portugal criaram-se estes mecanismos de não passarmos da cepa torta e não termos mecanismos de responsabilização. E aqui está o problema total disto. É muito importante que haja um instrumento novo. Porquê? Porque os instrumentos que temos actualmente não servem. É preciso não esquecer a legislação que está em vigor, nomeadamente a Lei dos Compromissos que muda toda a leitura de gestão financeira que tínhamos até meados de dois mil e doze.*

*Quero pedir desculpa ao Ivar pelo meu gesto. Não leve o meu gesto a mal, leve-o a bem. Eu sou uma pessoa paciente mas há de facto disparates que não valem a pena.*

*Os funcionários dos SMA na AdRA são da Câmara. É igual. A relação formal é absolutamente igual. Portanto, as pessoas que estão lá é bom sinal que lá estejam. É sinal que estão felizes, que estão a trabalhar bem, que a empresa está a funcionar bem, e que não venham. Quando vierem, já sem os SMA, vêm para a Câmara que é a entidade que tem a relação contratual com eles. Não há qualquer sobre isso. Obviamente, esperemos que a bem de tudo que as pessoas não venham porque estão lá melhor, ganham cerca de vinte por cento mais do que ganham os análogos ou os*

homólogos na Câmara. Portanto, esperemos que não venham porque estão lá muito bem.

*Medidas. É importante estarmos atentos. Quando nós, hoje, já acabámos com esse miserável contrato com a Rodimo, por causa dos armazéns gerais da Câmara, que custa vinte e um mil euros por mês, que o MIJPA conhece bem esse contrato pelo lado de lá, não pelo lado de cá; quando hoje já desbaratámos três vírgula três milhões de euros a pagar uma coisa que por um milhão e meio deveria ser da Câmara, está tudo dito. Quando acabámos com um contrato de limpeza que nos custava cento e vinte mil euros ano, que não pagávamos há quatro anos, e pusemos um grupo de funcionários da Câmara para fazer o trabalho e que os custos dos produtos são um sexto do custo do contrato, mais uma medida. Mas há muitas mais. A cantina da Câmara era uma coisa inenarrável, fornecia alimento a treze funcionários, com custos unitários inenarráveis. Portanto, nós não estamos à espera que o tempo passe ou de aprovar o relatório de saneamento financeiro e as contas para governar e tomar medidas. Há “n” medidas a serem tomadas. Ainda hoje, medidas importantíssimas nos recursos humanos. Pessoas que já perceberam que ou trabalham ou não pode ser, que são um problema, e que decidem mudar de vida. Ok. Querem mudar de vida, siga. Beijinhos, abraços e felicidades. Que as pessoas sejam felizes porque, de facto, aqui, agora, há rigor, há disciplina, há objectivos. E queremos cá toda a gente que se sinta bem com este tipo de lógica. São actos que acontecem todos os dias. Um deles trabalhei hoje. Foi parte da minha tarde de trabalho.*

*As negociações com a banca, todas as negociações com a banca. Está [deputado Santos Costa] um bocadinho deslocado do que se passa com a banca, completamente deslocado. Eu posso convidá-lo, com muito gosto, para vir a algumas reuniões com a banca para saber o que eles fazem com os juros. Hoje, quando nós vamos à Caixa Geral de Depósitos negociar o empréstimo de saneamento financeiro, baixa de juro? Nem pense. Um ponto e meio acima. V. Exa. tem de se comportar como eu me comportei a ouvi-lo. Está escrita a proposta da Caixa Geral de Depósitos. A própria Câmara não foi buscar os seis vírgula trinta e cinco milhões que faltam ir buscar dos cinquenta e oito, porque quando foi buscá-los a caixa queria mais um ponto cinco por cento de juros. E nós agora, quando tentámos ir lá buscá-los outra vez, não conseguimos que baixasse essa sobretaxa nem um décimo. Nós devemos é ter calma e vivermos isto com tranquilidade. V. Exa. é um homem experiente, não teve nada a ver com a governação, tive várias conversas consigo a dizer mal de quem estava aqui a governar e agora está aqui num papel muito excitado e espero que tenha calma. É muito importante que nós coloquemos as coisas bem. É fundamental, neste momento, sabermos bem onde estamos, para, de facto, as medidas que já são tomadas serem compreendidas e as muitas que temos para tomar sejam bem decididas para serem consequentes. E era aqui que eu queria chegar. É fundamental que a análise, que este trabalho que estamos a fazer nos sete primeiros pontos da ordem de trabalhos, que a tal fotografia seja muito bem tirada para não haver as discussões que foram as discussões dos últimos oito anos. Qual é a dívida? Qual é o valor para trás e para a frente? Não. Nós queremos que esta Assembleia Municipal, na Câmara já está tudo resolvido, decide mais depressa, e agora estamos na Assembleia até acabarmos a ordem de trabalhos. E acabou. Acabou a conversa. A conversa analítica, onde estamos, o que temos em mãos. Daqui para a frente a conversa é o que é que fazemos, quais são as decisões, quais são as propostas, etc. Esta fase em que estamos, primeiro, é um compromisso político-eleitoral. Não sei se se lembra do resultado das eleições. Ganhámos com clareza. Com uma maioria absoluta clara. Os Srs. foram derrotados de forma rara. E, portanto, não vale a pena. Nós temos que cumprir o nosso compromisso*

*eleitoral, e o nosso compromisso eleitoral tem lá uma análise. Tirar a fotografia, a auditoria, saber onde é que estamos e partilhar com os cidadãos. E estamos a cumprir. E por mais que o MIJPA queira fugir e ocultar, a nossa relação é com os nossos cidadãos e cumprir os nossos compromissos, e é isso que estamos a fazer.*

*O Dr. Marques Pereira fez uma referência que eu só gostava de referenciar, além de registar a seriedade e a objectividade da vossa análise que é muito importante em todo este processo. Só dar nota do PAEL. Uma das lutas que temos, em termos da ANMP em relação com o Governo, é qual o destino da parte dos mil milhões de euros de dotação do PAEL que não foi utilizada. Neste momento estão usados um bocadinho mais de metade. Foram apresentadas candidaturas de oitocentos milhões. Estão contratos assinados de quinhentos e trinta milhões, e ainda estão pendentes de visto de Tribunal de Contas nove contratos dos quais o maior, que é Portimão, são noventa e oito milhões de euros num só contrato. Já sabemos que há duzentos milhões de euros que vão ficar libertos, mas entre os duzentos libertos e os quase quinhentos, quatrocentos e cinquenta, pode crescer. E aquilo porque temos lutado com o Governo, já que o Poder Local em Portugal, erradamente por quem assinou o memorando da Troika que não deu uma parte dos setenta e oito mil milhões ao poder local, arranjou-se um PAEL que depois, erradamente, há municípios que não foram, como o nosso, ao PAEL. Infelizmente, poderá haver municípios que não vão conseguir aprovar o contrato no Governo, ainda está um pendurado no Governo, e estão oito pendurados no Tribunal de Contas. Poderá acontecer que o resultado final seja que esses ficarão sem contratos e não vão evoluir. Daí haverá uma dotação, que é uma pequena dotação, mas que pode servir para um conjunto de Municípios para não usarmos os outros instrumentos que a Lei das Finanças Locais refere, e que o Filipe Guerra referenciou também, que é aquela componente a mais do IMI que deriva da avaliação da reavaliação dos prédios urbanos, realizada em dois mil e doze, que vai alimentar a dotação e que, depois, tem a crítica de alguns municípios que não foram geridos como o nosso. Dizem que «nós que gerimos bem vamos contribuir para quem geriu mal?». E o Governo vem dizer, «meus amigos, temos que usar nos municípios as regras que se usam na União Europeia», os estados membros que são bem geridos estão a ajudar os estados membros que forma mal geridos, nomeadamente, como Portugal e a Grécia que são os dois piores exemplos da União Europeia. São as regras da solidariedade para que haja coesão, para que, no todo, haja resultados positivos, quer no todo da União, que no todo das contas públicas portuguesas.*

*Dr. Jorge Nascimento, queria dar-lhe só como nota da receita desbaratada: a performance do nosso Município em Fundos Comunitários. Somos um Município dos piores em conquista dos Fundos Comunitários. Criámos um mecanismo de descontos e de isenções para tudo e mais alguma coisa, no nosso sistema de Taxas. Para tudo e mais alguma coisa há descontos e isenções. Lembro o processo da Indasa que aqui demos como exemplo numa isenção de IMI que a própria empresa vem dispensar de ter. Há, de facto, uma atitude na relação com os impostos directos e indirectos que desbarata receita. São notas concretas da estrutura da receita que permitiram usar essa expressão de receita acessível, disponível e que não lhe pusemos a mão, que a desbaratámos. É esse o sentido da expressão que foi utilizada.*

*Ao Francisco Picado, só uma nota que eu gostava de referenciar. É que vai ser haver, com FAM ou sem FAM, uma nova estratégia de reestruturação financeira total. Seja na nossa conta de clientes, seja na nossa dívida bancária, nós temos que a ter. Hoje, o problema é que, como temos uma operação de saneamento financeiro, dentro do quadro legal e da atitude da banca perante estas matérias, não temos solução. Os instrumentos que a lei e a máquina bancária nos disponibilizam não nos estão*

*acessíveis. A nós e a mais trinta e duas câmaras, pura e simplesmente, não estão acessíveis. E, depois, há mais outras trinta que estão quase nesse processo de impossibilidade de acederem aos mecanismos que a lei tem hoje. Por isso, e bem, o actual Governo, em vez de fazer como tantos outros com o saneamento financeiro que foi empalear, decidiu criar um instrumento que, de uma vez por todas, resolva este tipo de problemas. Agora, vamos ter um bom FAM? Esperemos que seja um bom FAM, com certeza. Temos que ser pessoas optimistas e achar que o Governo também quer um bom FAM. Esperemos. Aquilo que eu tenho ouvido dos governantes é isso, que se quer um bom instrumento para pôr em cima da mesa e não uma coisa para fazermos de bengala. Vamos continuar a tomar decisões. Na MoveAveiro não há nenhuma, quando houver decisões cá viremos. Para já temos o chumbo no Tribunal de Contas em relação aos transportes escolares e transportes de apoio social, etc.*

*O chumbo do Tribunal de Contas do contrato com o fornecimento de refeições às escolas cria-nos problemas dramáticos, e Câmara deve a essa empresa mais de seiscentos mil euros. Apresentámos, hoje mesmo, o recurso do chumbo do contrato e esperemos que o Tribunal seja sensível olhando àquilo que a lei determina, do estado de necessidade, dos objectivos desse contrato, de toda a estrutura financeira de alimentação dirigida, essencialmente, pelo fundo social municipal, para este objectivo, etc. Porque chegámos a isto. O Tribunal de Contas chumbou o nosso contrato com a empresa que nos fornece as refeições escolares. É este exercício que nos leva a ter uma atitude objectiva, de perceber tudo, para procurarmos arranjar soluções para cada um destes problemas, sabendo que o nosso Município é parte do Estado e, obviamente, o Estado, e bem, repito, finalmente há um Governo que tomou essa decisão. Mas que o instrumento venha e de estar disponibilizado até setembro/outubro, estar regulamentado legalmente, até ao final da actual sessão legislativa, e nós podermos ter uma operação que nos permita tratar da nossa maleita. O que é que é importante aqui? É termos essa consciência de termos um bom décimo relatório de acompanhamento da execução que o vamos mandar, acto imediato, esta apreciação, para a semana, para as entidades nossas parceiras para que elas acompanhem e para que também saibam bem onde é que nós estamos, para nos prepararmos bem, como peça de negociação, para criarmos um instrumento e estratégia para colocarmos as contas da nossa Câmara em ordem. Temos uma estratégia que dê sustentabilidade à gestão da dívida e à gestão da prestação de serviços e de investimentos no nosso Município.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>048</sup>

*“Eu gostava de começar por dizer que aquilo que eu garanto aqui é que nunca vou ser cúmplice, nem eu, nem o partido ao qual pertença, de nenhuma política que gera desemprego, directa ou indirectamente. E recuso-me a fazer uma interpretação meramente legalista da política. Eu vejo que, em pouco mais de cinco anos, o número de colaboradores desceu trezentos. Agora, relativamente aos colaboradores da AdRA, tendo isto em conta, e contratualmente podem voltar aos Serviços Municipalizados, é ou não é verdade, por exemplo, que o Governo que tem flexibilizado as leis do trabalho consequentemente anda a tentar, como leio nos jornais, legalizar o despedimento por extinção do posto de trabalho na Função Pública. Não sei se já está ou não. E isso é assustador, principalmente para quem está aqui na oposição política e sabe o que se passa.*

*Relativamente ao FAM, eu queria falar no FAM noutro ponto, é verdade que o diploma não está ainda publicado, mas o actual regime financeiro das autarquias locais já tem*

*alguma coisa sobre como é que vai ser o FAM. E isto também me assusta. Aquilo que já sabemos, para começar, é que Aveiro se enquadra porque a dívida é mais três vezes do que é a receita anual. Só que o que eu consegui ler do FAM há, por exemplo, uma ordem, uma conduta, para que a existência de uma Direcção Executiva e de uma Comissão de Acompanhamento que inclui representantes do Estado, do Poder Central, venha para Aveiro confirmar e observar tudo o que se faz. E isto quer dizer exactamente o quê? Que vamos ter uma espécie de Troika interna em Aveiro, caso o Município adira ao FAM? Quer dizer que se um representante do Estado, e nós sabemos como é o nosso Governo a decidir aumentar impostos, a Autarquia Aveirense tem que obedecer?*

*Relativamente à MoveAveiro, e eu vou voltar à MoveAveiro no próximo ponto, é exactamente isso que se faz quando se quer esvaziar uma empresa dos seus serviços e é isso que está a acontecer com a MoveAveiro. Eu a seguir vou falar sobre a MoveAveiro porque não concordo com aquilo que disse, mas gostava de deixar esta referência.”*

Vogal Santos Costa (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>049</sup>

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de lembrar aquele velho ditado que diz “dá a César o que é de César”. Pôr na minha boca afirmações que eu não fiz eu não aceito, e não é com o meu silêncio que elas vão continuar. Como actor, Sr. Presidente conhece-me bem, é coisa que nunca fui e não tenho jeito nenhum para isso. O que disse acerca do Sr. Presidente, e deixei-o bem claro, e não foi um desafio, é que o Sr. sabe fazer muito melhor, em vez de deixar de andar a deixar nos jornais, todos os dias, notícias «que hoje deve quinze milhões», «são precisos quinze milhões», outro dia «que temos dificuldades com a banca». As instituições e os mercados funcionam, muitas vezes, por aquilo que se diz. Não me admira nada, com tanta notícia negativa. [solicitação para terminar por esgotado o tempo de intervenção].*

*Sr. Presidente a minha experiência foi aqui invocada. E eu tinha muita coisa a dizer sobre esta matéria. Falou-se sobre o plano financeiro, não se falou sobre o relatório. Muito pouco.”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA)<sup>050</sup>

*“Sr. Presidente, para uma questão regimental. Se quiser faço-o como requerimento mas penso que não será necessário.*

*O Sr. Presidente da Câmara acabou de invocar a bondade deste relatório. E diz assim: «o que é importante é que politicamente tenham relevado este relatório». Eu penso que o Sr. Presidente quer aludir aquilo que a lei diz. Mas eu não pactuo com isso. Nem eu e penso que a Assembleia também não. Quero lembrar ao Sr. Presidente que a lei diz o seguinte...*

Presidente da Mesa:

*“Eu não percebo é a que título é que o Sr. Deputado está a falar. Queira referir. É que o Sr. Deputado já não tem tempo para falar. Sabe que há uma regra que é a obediência ao regimento. O Sr. Deputado ou tem uma razão para a qual o regimento lhe pode dar tempo ou o Sr. Deputado não pode falar quando quer, porque se não todos os outros Srs. Deputados podem fazer o mesmo e isso torna-se ingovernável...”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA)

*“Então, eu faço um requerimento, Sr. Presidente. Quer que eu faça um requerimento?”*

Presidente da Mesa:

*“Sr. Deputado. Para mim faça o que quiser.”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA)

*“Só queria apresentar uma questão processual que é num instante, Sr. Presidente.”*

Presidente da Mesa:

*“Faça o requerimento, Sr. Deputado.”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA)

*“O Sr. Presidente trouxe aqui uma declaração que nos compromete. E a mim compromete-me mesmo porque eu não aceito este tipo de atitudes. E não é honra, é posicionamento jurídico. A lei fala que quando há estes empréstimos há um relatório de acompanhamento.*

*Se o relatório de acompanhamento tiver questões que revelem incumprimento da execução, esta Assembleia tem o dever de o comunicar.*

*O Sr. Presidente levanta questões aqui, que há qualquer coisa que não está bem no relatório! E agora o Sr. Presidente quis limpar isto dizendo assim: «no relatório tudo está bem». Mas não, Sr. Presidente. Eu invoco aqui a lei.*

Presidente da Mesa:

*“Quero é que vá ao ponto Sr. Deputado!”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA)

*Diz assim: «os pedidos de empréstimo para saneamento financeiro dos municípios são instruídos com um estudo de fundamento da situação financeira». Isto já se sabe. E depois diz assim, número cinco, artigo quarenta, desta lei que o Sr. Presidente invoca no próprio documento: «o incumprimento do Plano de Saneamento Financeiro referido no número dois (que foi o que eu acabei de ler) é comunicado pela Assembleia Municipal ao Ministério das Finanças e ao ministro que tutela as Autarquias Locais». Eu quero dizer ao Sr. Presidente que se eu alinhar no que o Sr. Presidente disse (e quero que isto fique em acta) se eu alinhar a dizer que está tudo bem eu estou a ser solidário com esta situação e eu não quero ser.*

*Quero que fique em acta que ponho como ponto que o relatório alude a questões de incumprimento e, portanto, o relatório não revela o cumprimento da execução.*

*É só isto, ficando isto em acta, para me reservar porque eu sei como é que isto funciona.”*

Presidente da Mesa:[051](#)

*“Sr. Deputado isso parece-me óbvio. Mas eu dou a palavra ao Presidente da Câmara. Eu vou ser franco Sr. Deputado. Apesar de estarmos muito em cima do 25 de Abril, sou mero cidadão, agora estou como Presidente da Assembleia Municipal não sou educador dos meus concidadãos. Mas há aqui um aspecto. É que só uma transversão absoluta daquilo que foi dito é que pode levar a essa conclusão. Parece-me óbvio que com o que aqui está relatado, e eu, já agora, também peço ao Sr. Presidente da Câmara que confirme ou infirme, este relatório tem que ser enviado a quem de direito nomeadamente à Inspeção de Finanças e não sei se ao Ministério Público, pelo que eu aqui li. Mas pelo menos à Inspeção de Finanças, isto parece-me óbvio.”*

## Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [052](#)

*“Sr. Presidente, eu acho que é bom fornecer uma cassete do debate para as pessoas ouvirem o debate. Aquilo que eu disse e repito, é que não houve nenhuma referência negativa, por mínima que fosse, ao documento. Tão simples quanto isto.*

*Disse e repito porque é a absoluta verdade. Não disse que está tudo muito bem, que toda a gente disse muito bem do documento. Não. Não foi nada disso que eu disse.*

*Eu disse aquilo que aconteceu aqui. Não houve uma única referência negativa ao aspecto A ou ao aspecto B do documento. E isso é, politicamente, o mais importante. Nós temos a obrigação legal de mandar o documento a algumas entidades, mas nós não praticamos só a obrigação legal.*

*Há algumas que vai pela lei e outras que vai pela opção política nossa. O documento vai para IGF, vai para o Tribunal de Contas, vai para a DGAL e vai para o Secretário de Estado da Administração Local. Parte destas entidades por obrigação legal, parte por nossa decisão política.*

*Nós temos que continuar, por exemplo, a dar informação ao Tribunal de Contas para ver se salvamos os vistos. É muito importante que o Tribunal de Contas saiba o que é que nós estamos a fazer para conseguirmos o visto tácito para o Cais dos Pescadores em S. Jacinto e para conseguirmos os vistos que ainda que ainda não conseguimos.*

*O que já lá está da nossa USF de Cacia e o que para lá vai daqui a uns dias da USF de Esgueira. É importantíssimo isto. Eventualmente alguns acharam graça que a gente não consiga os vistos. Depois vêm dizer: “pois, não têm peso político para fazer obras”. Eu não sei porque é que vocês estão tão excitados. Há aqui uma excitação na extrema-direita que é uma coisa inaudita. Tenhamos calma, a extrema-direita pelo vosso lado. Não vale a pena. O que é importante é que nós continuemos a fazer bem estes documentos, a mandá-los para as entidades que nos acompanham, que nos vêm inspecionar. Não tenhamos dúvidas. Mais ano, menos ano, a Inspeção Geral de Finanças vem fazer uma inspeção à Câmara. Nós próprios pedimo-la, em dezembro, por força da aplicação da Lei dos Compromissos. Isto é institucionalmente, em termos de estratégia, para termos vistos, para virmos a ter FAM ou um Plano de Saneamento Financeiro novo, para virmos a ter capacidade de negociar com a banca novos empréstimos com bons juros. Isto que estamos a fazer tem uma importância capital. É esta nota que quero realçar.*

*Ivar, nós hoje, se quisermos utilizar a sua expressão já cá temos a Troika. A Caixa Geral de Depósitos, com quem temos um contrato financeiro, se nós faltarmos um dia ao serviço da dívida cai-nos violentamente em cima.*

*Mas violentamente em termos da nossa relação com a banca, ao nível do Banco de Portugal, e ao nível de outras obrigações mais complexas.*

*Nós temos, por força do Plano Financeiro e do contrato bancário, obrigações que temos que cumprir e se não cumprirmos temos sancionamentos complicados. Não vale a pena. A isto o Ivar chama a Troika cá dentro! Pois então temos a Troika cá dentro, chama-se Caixa Geral de Depósitos.*

*E quando nos portamos mal eles caem-nos em cima a sério, violentamente. O que viremos a ter no futuro é a mesma coisa.*

*É um contrato em que as partes têm obrigações e em que pelo contrato, e a lei que o enquadra tem sancionamentos quando não cumprimos. É isto hoje e será isto no futuro, com é óbvio. Nós usamos esta expressão do emprestar dinheiro que é uma expressão tecnicamente incorrecta. Ninguém empresta dinheiro a ninguém. Isto é uma venda. Usam este dinheiro durante o tempo e têm que mo devolver no tempo ‘x’ acrescido de um valor ‘y’. E essa gente que nos vende o dinheiro tem um negócio. Nós temos uns*

*negócios e eles têm outros negócios. E, portanto, nas regras dos negócios, os contratos e as obrigações de parte a parte têm de ser cumpridos. Não vale a pena pôr por aqui fantasmas. Temos aqui um fantasma... a Troika vem para aqui mandar na gente. Não. Agora, como nós não temos capacidade de viver só com o dinheiro que geramos na nossa receita, temos que ter alguém que nos empreste com um custo (eu gosto mais de chamar que nos vende), e temos obrigações a cumprir e se não cumprirmos temos um quadro de sancionamento. Mas isto é quem empresta dinheiro à banca ou a cada um de nós cidadãos ou às nossas empresas, seja o que for. São as regras do jogo que nós aceitámos jogar. Mas não foi só que aceitámos jogar. Foi que precisámos de jogar.*

*Uma outra nota que eu gostava de salientar é que nós não fazemos nenhuma análise àquilo que foi o Plano de Saneamento Financeiro há cinco anos. Vocês não ouviram nenhuma palavra da nossa parte sobre que o Plano, há cinco anos, foi um disparate. Primeiro motivo. Não interessa essa conversa. Segundo motivo. Vamos pressupor que estava tudo bem ou tudo mal. A questão instrumental é como é que está hoje. E hoje este Plano não serve. Que é a tal frase que o Francisco Picado leu, que é curta e clara, para dizer que este Plano não serve. Não resolve o problema. E essa é a grande conclusão que nós temos que tirar. E isto é fazer bem. E faremos depois outras coisas mais agradáveis também bem. Tratar com a DGAL que é para onde vão as nossas contas todas. Há aqui gente com muita experiência. Onde é que já viram câmaras com este tipo de calibre? É de uma gravidade incomensurável. O Sr. Presidente falava do Ministério Público, mas nós não estamos para aí virados nesta fase. Não estamos. Agora, que há aqui das maiores irregularidades e ilegalidades, pois com certeza que é óbvio. É óbvio que há. Achamos que não há mais nada. Agora chega. Ter onze vírgula um milhões de euros neste estado é uma coisa da maior gravidade. E está aí, no documento seguinte. Santos Costa. Temos muitas conversas para ter, temos vários pontos para debater pela frente. Temos estes documentos com a sua relação nominal para não haver qualquer dúvida sobre esta importante matéria. Muito obrigado, Sr. Presidente.”*

Presidente da Mesa:[053](#)

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[054](#)

*“Sr. Presidente, serei telegráfico. Apenas para dizer o seguinte. Este é um relatório que apenas vem à apreciação da Assembleia Municipal e não para deliberação da Assembleia Municipal. A apreciação que aqui se fez, pelo menos da parte do PS, tem um sublinhado político que é este. É um documento que, enfim, está melhor do que aqueles que vinham anteriormente, permita-me a expressão ‘também não era difícil’. Segundo ponto, não é caso para nos vangloriarmos disso. Terceiro ponto, não é o mais importante politicamente ele não ter sofrido grandes ataques políticos. O ponto mais importante é que ele, de facto, está melhor mas é absolutamente irrelevante. E é irrelevante porque o Plano de Saneamento Financeiro é o que temos e não é outro. E a discussão é esta e não é outra. O que queremos enfatizar e deixar claro é que o Município precisa, com urgência, de um novo Plano de Saneamento Financeiro e isso é da responsabilidade do Executivo apresentar um à Câmara e à Assembleia. E é neste ponto que queremos deixar o nosso posicionamento político e apelar ao Sr. Presidente que possa fazer isso o quanto antes. Disse.”*

**O 10º Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro, apresentado pela Câmara Municipal, foi apreciado pelo plenário.**



**PONTO 3. — APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS, BALANÇO SOCIAL E INVENTÁRIO DE BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO DE 2013 DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO, E RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2013 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE AVEIRO.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada em 09/04/2014, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>056</sup>

*“Sr. Presidente. Só meio minuto para dizer que são documentos, são contas, são documentos de base técnica, objectiva, com um capítulo a mais, que é o quarto capítulo para termos consciência daquilo que temos de tratar. Parte desse montante foi mandado tirar da conta. A maior parte desse montante, os tais onze milhões de euros, são dívida. Temos agora que fazer o seu tratamento para a integrar formalmente na conta. Depois há uma outra componente que poderá ser ou não alguma. Lutaremos para que não seja, nomeadamente o exemplo que damos que é o exemplo de maior dimensão financeira que é a verba que está referenciada para a extinção da empresa Aveiro Pólis. Estamos a trabalhar, em termos de negociação com o Ministério das Finanças, para que não seja aquele acordo que herdámos que seja concretizado porque discordamos dele. Entendemos que temos que pagar zero. Estamos à mesa das negociações com o Ministério das Finanças para levar isso a bom porto.*

*O grande objectivo, no que respeita ao quarto capítulo, é que a nossa conta de dois mil e catorze não o tenha. Portanto, até ao final deste exercício nós possamos dar destino para dentro da conta aquilo que é dívida e que temos que tratar formalmente. Para fora do capítulo quarto aquilo que não se justificar comprovadamente na interacção com as entidades envolvidas que seja dívida, ou que consigamos que não seja como é este o exemplo mais expressivo do valor que está referenciado para extinção da empresa Aveiro Pólis.*

*É apenas esta nota de realce, já que essa é a peça diferente que o documento tem. De resto, trabalhámos todos, nomeadamente os nossos serviços, para termos um documento correcto. Mantivemos a tipologia de estrutura, o que não vai acontecer em dois mil e quinze quando analisarmos dois mil e catorze, porque vamos mudar a estrutura para facilitar esta fase de transição e poder haver uma facilidade de comparação com os instrumentos de gestão anterior.”*

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>057</sup>

*“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Ex.mos Srs. Deputados. Ex.mo Sr. Presidente da Câmara. Demais presentes.*

*Primeiro, chamar a atenção que as contas da Câmara deveriam estar incluídas na comunicação do Presidente e não estavam. Já é a segunda vez que acontece, só lembrar isso.*

*Em relação às contas, fica claro, e está escrito, não sou eu que estou a dizer não foram cumpridos os limites de endividamento, nem a Lei dos Compromissos. Durante anos e anos, a maioria PSD e CDS fez pouquíssima e quase irrelevante obra neste Município, escudando-se na legislação. Mas a verdade é que chegamos agora, aqui, e vemos que não se cumpriu a legislação na mesma. Tudo bem. Tudo bem, quer dizer, não é nada tudo bem. Verifica-se um prejuízo, no exercício de dois mil e catorze, de dois milhões. Em dois mil e treze, um benefício de setecentos mil euros. Ora, este tipo de contabilidade e a forma como isto anda para a frente e para trás, salvo melhor explicação, não torna credível este tipo de informação. Ficamos a aguardar dados. Para nós, PCP, mais importante que estas contas é a evolução do passivo da autarquia. A realidade é que se verifica que o passivo de curto prazo aumenta, o que liga com o Plano de Saneamento Financeiro, ao passo que o passivo de médio e longo prazo diminui. Ou seja, o garrote aperta.*

*Em relação às contas, dizer ainda o seguinte. Estranha o PCP que o parecer do ROC não esteja presente naquilo que foi a deliberação de Câmara. Pelo menos na acta não está. E consideramos que na aprovação, na deliberação que esta Assembleia Municipal vá fazer, o parecer desse ROC e as reservas que o parecer do ROC apresenta devem estar incluídas. Por exemplo, a reserva sete ponto dois é uma reserva que tem a ver, agora não consigo aqui aceder, mas penso que tem a ver com o valor do património municipal. Sobre a avaliação dos bens. Note-se o seguinte. Esta reserva, ano após ano, naquilo que são as contas da autarquia, está lá sempre. Não se entende, nem se aceita, que esta situação se mantenha ano após ano e não se acaba com esta reserva. Que a Câmara resolva o critério objectivo para a avaliação dos bens. Caso contrário isto não contribui em nada para aquilo que é a gestão da coisa pública. Note-se, até, que se compararmos este relatório com o do ano passado, a expressão é exactamente a mesma. Da nossa parte muitas reservas em relação àquilo que são as contas da Câmara e SMA. Tenho dito.”*

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[058](#)

*“Eu gostava de começar pelos relatórios que nos dizem que há cerca de onze milhões de euros de dívidas sem factura, como aliás já foi aqui dito hoje. Primeiro porque quando vi e li isto fiquei, admito, bastante surpreendido. A Câmara está a comprometer-se com uma adjudicação a terceiras entidades, e eu gostava de saber, porque não vi porque o documento é muito extenso, e admito que não tive tempo para ver tudo, mas é importante sabermos que tipo de entidades são estas que não facturaram onze milhões à Câmara. E ainda assim a Câmara mantém um compromisso de pagamento para com elas.*

*Nas contas, assume-se a necessidade de transferências correntes anuais para as empresas municipais, justificadas, e bem, pelo facto dos preços praticados nos serviços serem insuficientes para suportar os custos ocorridos. Isto é uma leitura económica e tem a ver com uma leitura política. Quais foram as empresas municipais que precisaram de mais transferências da Câmara? Quais é que não praticaram os tais preços para suportar os custos ocorridos? E, acima de tudo, é importante perceber qual é o retorno social de cada uma dessas empresas para a população aveirense. Por exemplo, a contribuição para o endividamento líquido do Município, este ano, por parte da EMA, foi de quatro milhões e meio de euros. A EMA gere o Estádio Municipal. Por parte da MoveAveiro foi de três vírgula três milhões de euros, portanto, menos um vírgula dois milhões. Importa perceber qual é o interesse de uma e de outra para o Município. Que interesse é que cada uma tem e quais são os preços que a EMA*

*praticou para suportar os seus custos? Isto porque a MoveAveiro tem um retorno social que é óbvio. Recentemente, por exemplo, o Arouca arrendou o Estádio durante algum tempo para fazer dois jogos de futebol. Pagou para os fazer. Eu concordo plenamente com isto, fiquei contente com a opção, que o Arouca pague para jogar no Estádio Municipal de Aveiro. Concordo. Se o preço foi bem praticado ou mal praticado, sinceramente, não sei. Podia ter sido mais? Provavelmente podia, até porque o jogo com o Benfica, tanto quanto sei, esgotou a lotação. Agora, se o Arouca pode pagar para fazer dois jogos no Estádio Municipal de Aveiro porque é que outro clube que jogue lá regularmente já não pode? Portanto, é ou não é possível diminuir a receita com a EMA? A tal contribuição para o endividamento municipal. O que não pode acontecer ao Município de Aveiro, na nossa opinião, é ter esta política relativa ao Estádio, em que um clube pequeno como o Arouca pode pagar e mais ninguém paga, ao mesmo tempo que sem muitos compromissos assumidos, por exemplo, com o Taboeira, que é um clube que contribui de forma decisiva para que as crianças do nosso Concelho pratiquem desporto, e há por cumprir um compromisso de oitocentos e setenta e sete mil euros e outro de setenta e sete mil, algo assim. Compromissos que, na nossa opinião, são muito mais importantes e que se vão adiando, adiando, adiando. O que também não se pode comparar é a EMA e a MoveAveiro. A MoveAveiro continua com uma gestão inadequada, e podia facturar muito mais e ter um custo muito menor. Mas continua a ser tratada como o patinho feio das empresas municipais, porque a MoveAveiro é o patinho feio da Câmara, e a verdade é que pode ter solução. A MoveAveiro contribui, de facto, para o endividamento líquido com três vírgula três milhões. É certo. Mas o retorno social, estaremos todos de acordo, é maior, basta gerir bem a MoveAveiro. Eu já aqui o disse várias vezes, mas vou repetir. Intermunicipalização. Permite uma receita adicional do Estado, um apoio, um subsídio. Permitirá também, certamente, um aumento significativo do número de passageiros. E isto é gerir bem a MoveAveiro. O que se está a fazer actualmente não é. Dentro do Concelho, o acordo com a Transdev, lembro, não foi uma opção política. Foi uma opção de gestão dentro da MoveAveiro. Por isso, a Câmara Municipal, enquanto órgão político, não tem que esperar pelo fim do acordo. É preciso uma opção política de gestão e administração que não prejudique gravemente os resultados económicos como actualmente está a acontecer. E não é preciso esperar. Tome-se a opção política tão simples, para além daquilo que eu já disse, de melhorar os horários, melhorar os percursos que estão totalmente desadequados, até parece que o seu antecessor fez isso de propósito, adegue-se a MoveAveiro às necessidades dos cidadãos, e estes três vírgula três milhões, que continuarão a ter um retorno social brutal, serão, com certeza, muito menores. E é possível fazê-lo neste momento.”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [059](#)

*“Sr. Presidente. Vou ser breve. As contas, naturalmente, reflectem o exercício, o registo, o que nós temos são documentos de registo, a contabilidade segundo o POCAL. Não se levantaram dúvidas na Câmara, nem ninguém levantou dúvidas sobre a veracidade dos documentos. As contas são revisadas, a Câmara tem um Revisor Oficial de Contas. Parece que o parecer do Revisor não consta das contas, será, porventura, um lapso porque creio que tem um Revisor. Nós não temos dúvidas nenhuma que os registos contabilísticos sejam feitos de acordo com as regras da contabilidade, classificando bem os documentos e metendo-os nas rubricas que lhes são próprias. Outra coisa seria já a análise dos bons gastos ou maus gastos, quer dizer as opções que se fazem politicamente. Mas isso tem um lugar próprio que é a discussão do*

*Orçamento. Não se nos oferecem assim grandes obstáculos ou a possibilidade de fazer grandes reparos àquilo que vem nas contas. Quero até salientar, isto mais uma nota política, que eu li, não sei qual é a entidade, mas acerca de meio ano, ou por aí, uma entidade que faz a avaliação da transparência, dos registos, da sua divulgação pública, uma entidade credenciada, e lembro que a Câmara de Aveiro, eu gosto de dizer bem da Câmara de Aveiro seja qual for o presidente, estava colocada em sétimo lugar nesse ranking da transparência na divulgação dos elementos. Lembro até, a propósito e relacionado com isto da divulgação, que até há bem pouco tempo os munícipes chegavam ao site do Município abriam os documentos, liam tudo, tudo era clarinho. Podia ver-se tudo da vida da Câmara. Sabiam-se os relatórios e essa coisa toda. Mais recentemente, não sei se por dificuldade de operacionalidade, se é do operador, se é do computador, nós próprios vamos tendo dificuldade em ler os documentos da Assembleia. Por exemplo, para esta sessão eu tive de vir aqui ao Dr. Cartaxo para me fornecer uma cópia numa pen.*

*Eu até já tinha falado ao Sr. Presidente da Mesa para que esse aspecto fosse melhorado, e o Sr. Presidente da Mesa disse-me, acho que posso divulgar, que isso é assunto que a Câmara trata, que a informação quando chega ao computador é a Câmara.*

*Portanto, eu pedia que, a par da divulgação das Contas, fizesse também a divulgação dos documentos, mas que não fizesse só pelas pessoas que têm o código ou a palavra-passe. Que a fizesse pelos munícipes em geral. A exemplo de outras Câmaras e do que foi a anterior, com a mesma sustentação política, tinha os documentos abertos a todos os munícipes, para os munícipes fazerem a sua crítica.*

*Nós estamos aqui em representação dos munícipes e exercemos o voto, mas são os munícipes que devem ter o conhecimento do que se vai passando pelas entidades que os governam. Nós temos o voto, estamos em democracia representativa, mas era bem que essa transparência fosse transversal a todos os actos.*

*Exactamente esses documentos principais que são aqueles todos que constam lá do site do Município mas aos quais as pessoas têm dificuldade em aceder. E era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.”*

Vogal Paulo Marques (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[060](#)

*“Vou ser muito breve. De facto o relatório é transversal, toca uma panóplia de matérias relativamente à Câmara Municipal de Aveiro. É clarinho. A opinião do Revisor Oficial de Contas permite-nos tirar as conclusões, algumas delas já aqui foram tiradas e conhecidas. Já aqui foram afirmadas. Eu queria só pegar na questão da MoveAveiro, já que todos têm muito gosto em pegar na MoveAveiro. Falou-se aqui em serviço social. Sim... vamos fazer serviço social, mas o problema é que este serviço custa três ponto três milhões de euros. E os custos sociais de querer manter uma coisa destas, se calhar, são muito maiores do que se tentarmos procurar outras opções fora do âmbito da Câmara Municipal de Aveiro. Penso que valia a pena pensar nisso. O próprio ROC diz que existem atrasos nos pagamentos à Segurança Social e ao Estado. E a pergunta que se põe é: então e quando isto acontece em qualquer empresa, quais são as consequências? Todos sabemos. Uma coisa são as intenções, outra coisa é poder honrar essas intenções. Todos nós certamente que gostaríamos que a Câmara Municipal de Aveiro tivesse um serviço de excelência, um serviço público, etc., etc., e que não tivesse dívida, mas isso não é possível. E se a coisa fosse assim tão boa, tão boa, nunca teria saído da alçada da Câmara, nem nunca se teria constituído numa empresa municipal de transportes. O que é certo é que ela foi constituída e agora a lei*

*diz que tem que fechar. Aliás, já devia estar fechada há muito tempo, e há que encontrar soluções. Mas até lá estão aqui três ponto três milhões de euros que têm que ser resolvidos. É só este esclarecimento que parece que às vezes esquecemos, ou há pessoas que se esquecem. Isto não é bater a porta e o assunto fica resolvido.”*

Vogal Ivar Corceiro (BE)<sup>061</sup>

Vogal Paulo Marques (CDS)<sup>062</sup>

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>063</sup>

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Estamos num momento em que estamos a apreciar e vamos votar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas relativamente ao ano de dois mil e treze. Importa tecer a consideração inicial de que este documento é aquele que espelha, em grande medida, aquilo que foi a execução de um conjunto de actividades sob a gestão do anterior Executivo. O anterior Executivo foi liderado pelos partidos PSD e CDS, que entretanto vigoram ainda na manutenção do Executivo actual, embora com outros protagonistas. É de todos conhecida a posição do Partido Socialista relativamente àquilo que eram as práticas de gestão do anterior Executivo, espelhadas, nomeadamente, de forma consecutiva, nos diversos relatórios de gestão e contas dos anos anteriores. E este, nessa medida não foge à regra. Ou seja, o que nós temos aqui é exactamente uma situação que vem na continuidade daquilo que eram as práticas menos boas do Executivo anterior e que se reflectem, necessariamente, não só neste documento, como no documento que analisámos anteriormente e, eventualmente ainda, no documento que é apresentado aqui sob o título de “Relatório de Auditoria Interna”, e sobre o qual teremos oportunidade de discutir num ponto próximo. Posta esta questão o conteúdo do documento, do ponto de vista da informação que nos é prestada, não é, de todo, surpreendente. Ou seja, há aqui um conjunto de situações que estão na linha da expectativa daquilo que o Partido Socialista poderia encontrar neste documento. Salvaguardam-se aqui, e não entrando em grande detalhe, sobre os números que aqui são apresentados, mas salvaguardam-se aqui os comentários a duas questões que, do nosso ponto de vista, nos parecem muito relevantes.*

*A primeira, o Sr. Presidente já se encarregou de se referir a ela. Tem a ver com os valores que estão, supostamente, fora das contas, o que é, de facto, de alguma forma, verdadeiramente surpreendente. Facto esse que nos pode condicionar naquilo que é a apreciação efectiva do documento que aqui está apresentado. O outro facto, também já por diversas vezes foi referido aqui em abstracto mas que está espelhado naquilo que é a certificação legal de contas. Quando, nomeadamente, é feita a referência, ou são feitas referências, aos incumprimentos legais, nomeadamente, ao incumprimento legal da lei dos compromissos. De uma forma muito genérica, a questão que fica no ar é como é que se podem aprovar contas com estas duas condicionantes, se assim lhe quisermos chamar. Contas que, de alguma forma, espelham mas não espelham, efectivamente, aquilo que foi a realidade do exercício anterior, porque há documentos que, supostamente, não estão vertidos nas mesmas, ou estarão vertidos num futuro próximo assim que isso seja possível de efectuar. Depois, há aqui uma forte condicionante, do ponto de vista legal, que é o facto deste resultado, em termos de documento escrito, estar condicionado sob o incumprimento de uma lei, que é a Lei dos Compromissos, e que, eventualmente, todos sabemos qual é o impacto que isso pode aportar para a apreciação de um documento destes. E para já eu diria que esta é a apreciação que fica e que resulta desta análise de um documento que está sob estas duas condicionantes fortíssimas. Tudo o resto, como eu disse, é mais do mesmo e,*

*portanto, nada nos surpreende, nomeadamente quanto aos valores apresentados para a dívida, etc.”*

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[064](#)

*“Eu estava a pensar prescindir mas não consigo deixar passar aqui duas questões. A primeira, o Francisco Picado levantou algumas questões em relação à questão deste orçamento dotar aqui bem evidente a questão do incumprimento da Lei dos Compromissos e de haver um tal capítulo que fala de uma série de facturas e documentos que não são integrados. Nós já tivemos uma situação anterior em que houve uma possibilidade de multa dos deputados por causa da aprovação de um orçamento que violava o Plano de Saneamento Financeiro. No entanto, eu devo dizer que eu não tenho problema nenhum em aprovar este documento, pelo seguinte motivo. Todas essas situações estão aqui bem plasmadas e bem evidentes. Aquilo que nós aprovamos, quem aprovar, essas situações estão bem descritas aqui, e com certeza que o documento terá depois os circuitos legais que precisa de ter. Essa é uma primeira questão. A segunda questão é só para complementar uma questão que o Ivar levantou e que tem a ver com a questão da EMA e da MoveAveiro. Eu não vou tecer considerações sobre o que é que é mais útil e o que é que não é tão útil, mas só queira lembrar que o EMA, quando entrou em funcionamento, a empresa municipal, em dois mil e quatro, já entrou com um passivo de quatro milhões de euros. Ou seja, no primeiro dia de funcionamento ela tinha logo um passivo. E porque é que isso aconteceu? Nessa altura estava no Governo a ministra das Finanças a Dra. Manuela Ferreira Leite e foi nessa altura que, pela primeira vez, houve limites ao endividamento municipal. Só que também nessa altura não contavam para o endividamento municipal o endividamento das empresas municipais. Então houve uma opção do Executivo do Dr. Alberto Souto em contrair empréstimo e contrair despesa nas empresas municipais e não na Câmara Municipal. Não sei se isso aconteceu em mais algumas mas na EMA aconteceu.”*

Vogal Jorge Greno (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[065](#)

*“Muito obrigado, Sr. Presidente. Penso que relativamente a este documento foi praticamente tudo dito. Os apontamentos que eu tinha aqui já foram referidos por todos os Srs. Deputados que me antecederam e não há muito mais a acrescentar. Apenas um à parte. Gostei de ouvir o Bloco de Esquerda a falar de futebol. Finalmente, misturou o futebol e a política. Não percebem nada de futebol, é como o Nuno Markl, também fala de futebol e não percebe nada do que diz. E de empresas também não porque olham para estes números das empresas e, para o Bloco de Esquerda, as empresas são umas entidades assim muito esquisitas, misturam aqui as coisas todas e, no fim, faz perguntas que não sabe o que é que está a dizer. Mas pronto. É o que temos, paciência.”*

Presidente da Mesa:[066](#)

*“Sr. deputado, eu também não misturo política com futebol, por mais impopular que isso me torne.”*

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[067](#)

*“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Apenas, para já, a minha intervenção no sentido de complementar aquilo que já foi dito pela nossa bancada, e deixar uma coisa clara. Este é um documento que, normalmente, na discussão política que aqui vamos tendo, e é*

*comum ter-se nas outras assembleias municipais, de vincar uma certa tecnicidade e complexidade na apresentação destas questões. Quer-se fazer passar a ideia que a conta são números. E, de facto, são. Também são números, mas são, sobretudo, o espelho de uma política que foi aprovada nas Grandes Opções do Plano e do Orçamento, documentos, esses, políticos e que são emblemáticos e condicionam a acção do Executivo durante um ano. Eu recordo-me bem da discussão que aqui tivemos nas Grandes Opções do Plano e do Orçamento que estão na origem destas contas. E recordo-me também o que é que foi dito por alguns deputados do CDS e do PSD que já hoje, aqui, tomaram da palavra. E eu, na preparação deste tema com os meus colegas de bancada, até comentei, e tinha curiosidade em saber quem é que iria usar da palavra, nesta circunstância, por parte da maioria. E, de facto, não me enganei. Francamente, eu tenho dificuldade em compreender a capacidade que se tem de há um ano se dizer uma coisa e um anos depois exactamente o contrário. Eu tenho dificuldade. E eu peço desculpa, esta é uma dialética política que o Sr. Presidente já disse que não gosta nesta Assembleia, mas ela tem que ser feita aqui, porque isto é um órgão de escrutínio público e de diálogo político entre as forças políticas e elas têm um passado e uma responsabilidade na conjuntura actual em que vivemos. Estas contas são o espelho de uma má gestão do Município que foi caucionada pelo CDS e pelo PSD, elementos desses partidos que hoje tomam assento aqui e que, peço perdão, não desconhecem a realidade. Poder-me-ão dizer «bom, nós não conhecíamos a realidade toda porque o anterior Executivo nos escondia informação». Essa é uma desculpa que dá até certo ponto, não dá para desculpar tudo. O Sr. Presidente da Câmara tomou conta de uma realidade financeira que vai ser discutida na auditoria que não é uma surpresa para o Partido Socialista. Queria já antecipar isso e nós provaremos porquê, no debate. Aquilo que quero dizer, em relação a esta matéria, é o seguinte. Estas contas espelham uma má gestão do Município. É preocupante aquilo que foi dito pelo Francisco Picado dando nota daquilo que o ROC escreve, mas não é só por isso. Este Relatório de Contas espelha más opções políticas e é disso que estamos a tratar. Não consegue, e não espelha, o principal objectivo a que se propunha o Executivo anterior, que era corrigir a situação económico-financeira que o Município atravessava. Foi essa a discussão que aqui tivemos. Isso não foi conseguido, de todo. E, portanto, não pode merecer o nosso voto positivo. Aliás, vai merecer o nosso voto negativo, como é evidente.*

*Queria só dizer outra coisa em relação às empresas municipais, em especial à EMA. Se não tivesse sido constituída uma empresa municipal, hoje, o Estádio não existia, não tinha sido feito. Sr. Presidente, conhecemos a sua posição pública em relação a esta matéria. A Assembleia Municipal, à época, votou por unanimidade a sua construção. Isso é outra discussão. E, à época, V. Exa. já qui deu nota que publicamente discordava disso. Mas este órgão autárquico, enfim, fica para a história, votou unanimemente essa construção. O que é facto é que a empresa municipal foi o expediente encontrado para se conseguir construir o Estádio em tempo útil. Aliás, não foi uma originalidade aveirense. E daí a circunstância a que alude e bem.*

*Por isso, para terminar, gostaria de deixar clara a nossa posição, a nossa posição é contrária àquilo que está espelhado nestas contas porque elas reflectem más opções políticas para o Município e uma incapacidade de execução para se atingirem os objectivos propostos.”*

Vogal Paulo Marques (CDS)<sup>068</sup>  
Presidente da Mesa<sup>069</sup>

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[071](#)

*“Estamos a apreciar e vamos votar o Relatório de Gestão e Contas referente a dois mil e treze. Houve eleições e tiveram o resultado que tiveram. Para nós, é altura de registar a foto do relatório de auditoria interna que, para nós, é o marco de partida deste Executivo. Organizar os serviços municipais e partir para uma nova reestruturação da dívida camarária, para amortizar a dívida e melhorar a vida dos aveirenses com a realização de obras e projectos apresentados pelo Executivo aquando do período eleitoral. Nós, nesta bancada, apoiaremos todas as acções para que o Executivo leve a bom porto a realização do programa eleitoral proposto aos aveirenses.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[072](#)

*“Muito obrigado. Muito obrigado a todos. Duas ou três questões.*

*Filipe Guerra, eu não sei, de facto, em segurança que tenha havido algum afastamento de informação. Há Relatório do ROC, há parecer do ROC, sempre que existir este documento ele anda sempre junto dele. Não há cá questão nenhuma, quer para a Câmara, quer para a Assembleia Municipal, quer para o documento, para a sua vida interna. O Relatório do ROC se existe está feito e, portanto, não haja dúvida nenhuma. E, de facto, é verdade o que disse. A tal reserva do sete ponto dois é um velho problema das nossas contas e é uma matéria que teremos que resolver. Estamos a tentar arranjar soluções internas para resolver, para irmos buscar uma prestação de serviço externa não temos dinheiro para ela, para que não haja esta questão. É evidente que houve um tempo, antes do POCAL, que esta matéria não interessava para nada, a partir do momento em que entrou em vigor o POCAL esta matéria já é importante, não tenho qualquer dúvida que, ainda hoje, as câmaras avaliam de forma muito diversa o património, e, portanto, nós também temos de tratar disto. Hoje, não temos dinheiro para contratar, nem coisa que se pareça, para nos fazer esse trabalho que são trabalhos que custam centenas de milhares de euros. Vamos ter que o fazer com a prata da casa e dar realismo a estas matérias, embora hoje, além do mais, há um outro problema. Eu julgo que precisaremos de um POCAL novo porque esta coisa de termos contas agarradas, em termos de sustentabilidade de algum rácio, pelo valor de um património que para o mercado vale zero tornou-se um absurdo! No mundo em que hoje vivemos e em que vamos viver, sem dúvida nenhuma, nos próximos anos, eventualmente na próxima década. Mas é um facto. É uma velha reserva que se repete e como o ROC é mesmo, além demais usou o mesmo parágrafo, e é uma questão que, obviamente temos que resolver com muito trabalho porque temos que o fazer com a prata da casa, como disse.*

*Ivar, os onze vírgula um milhões não são sem factura! Se fizer uma análise mais cuidada há boa parte desse valor que tem factura, há documento. O que é surpreendente é que dívida documentada não esteja no sítio dela que é na conta. Isso é que é surpreendente. Agora, ela não é toda sem factura. Pelo contrário, a maior parte dela tem documento de suporte, tem factura como está bem evidenciado no processo.*

*O Ivar já foi um bocado para o ponto seguinte, mas depois não repetirei as questões. Nós temos, de facto, patologias graves no nosso grupo de empresas municipais. Os documentos são claros, temos que olhar para isto. E depois temos também, e é uma questão que o Marques Pereira referenciou, esta questão das responsabilidades. Marques Pereira, à vontade, podem falar disso as vezes que quiserem, mas eu é que não vou ser parte disso, como é evidente. Eu não tenho nada a ver com isso, somos uma aposta nova, e os próprios dois partidos da maioria souberam ver que estavam a seguir*



*um caminho errado e arranjaram um caminho diferente. É a vida política. Mas à vontade, falem lá nisso as vezes que quiserem, eu não vou estar é a falar nisso todos os dias, na Assembleia, porque, de facto, não nos leva a lado nenhum. Só dois exemplos para não estar aqui a cansar as pessoas com exemplos. Nós temos patologias deste género. Desde dois mil e dez há uma dívida na conta da AveiroExpo, da Câmara à AveiroExpo, de quase seiscentos mil euros. Mas na conta da Câmara não há dívida nenhuma à AveiroExpo, muito pelo contrário. A nossa conta ainda diz que a AveiroExpo é que nos deve nove mil euros. E está assim há quatro anos, dois mil e dez dois mil e treze. Temos que resolver isto. Porquê? Porque aquela empresa municipal é nossa. Na EMA há uma cena dessa de trezentos e sessenta mil euros, desde dois mil e um, em que na conta da EMA a Câmara tem uma dívida à EMA neste valor, e na conta da Câmara não está lá nada. E a EMA é uma empresa nossa. E essa só nossa, na AveiroExpo ainda temos um parceiro, a EMA é cem por cento nossa. E isto está nas contas desde sempre. Mas afinal porque é que estás nas contas assim? Nunca ninguém viu isto? Perguntei aos nossos responsáveis técnicos. «Sim, Sr. Presidente, esteve isto sempre. Mas a decisão foi de deixar estar». E a nossa decisão é vamos pôr um ponto de ordem a isto. Acabou. É a própria Câmara a dizer em dois documentos seus duas verdades diferentes, e não pode haver duas verdades diferentes, só pode haver uma. Estamos a falar de matéria absolutamente objectiva, não estamos a falar de filosofia ou de opiniões políticas. Nós, de facto, temos muitas patologias há muitos anos. Temos facturas velhíssimas. Agora, o grande desafio que dissemos aos nossos serviços, fizemos uma auditoria interna, foi «peguem no lixo todo, metam tudo em cima da mesa, tudo, o mais tudo possível», e vamos documentar. Era fundamental. Temos aqui um não documento, temos que pôr aqui um capítulo novo, foi a tal invenção, para estar aqui tudo. Eventualmente, como já avisei, pode não ser cem por cento tudo, poderemos encontrar um papel ou outro nestes tempos que temos pela frente. Mas será, seguramente, algo de pontual, não tenho disso a menor dúvida. Porque virou-se a mesa, viraram-se os caixotes das facturas guardadas, acabou-se com tudo isso. Agora, vamos fazer o ponto de ordem à mesa. Na reestruturação de tudo, Câmara e o seu sector empresarial, vamos pôr tudo em ordem e acabou. Temos, de facto, aqui, patologias acumuladas de muitos anos. E este é o grande desafio e o grande compromisso, sabermos, definitivamente, onde estamos. É evidente que temos aqui gente envolvida muito delicada, estão aqui muitas associações do nosso Município. O problema do Taboeira é um problema inenarrável. A génese do problema do Taboeira é de dois mil e dois. A génese do problema. Estamos em dois mil e catorze, e o Taboeira tem um problema inenarrável. Tem voltas e reviravoltas, com um processo em Tribunal, um deles ainda está no Tribunal. Portanto, este é um grande desafio, não é ficarmos reféns do passado. Não. É pormos em ordem o presente para, e cima dessa ordem, nós podermos tratar de construir um futuro com pés e cabeça, com sustentabilidade e com verdade. Este momento de verdade, por mais que às vezes seja antipático, é de capital importância para fazermos bem daqui para a frente, para reganharos credibilidade juntos das empresas a quem devemos dinheiro, junto dos cidadãos que são o mais importante, junto do Tribunal de Contas, da Inspeção Geral das Finanças, etc., de toda a gente. A credibilidade institucional é capital para não termos penhoras, para não termos injunções, para etc. para não darmos trabalho aos nosso advogados, ou darmos trabalho para negociarmos coisas boas e não para litigarmos em tribunal. Esta é uma peça da maior importância.*

*O Ivar foi ao Arouca e não quis dizer o nome do Beira Mar, mas todos percebemos. Também estamos a trabalhar para pormos tudo em ordem. A relação Câmara Municipal de Aveiro, Beira Mar clube e Beira Mar SAD, está no estado em que, maios*

*ou menos, se sabe, porque ninguém sabe absolutamente tudo. Nós já sabemos, estamos a trabalhar em equipa com os responsáveis do Beira Mar clube e do Beira Mar SAD para que o mais proximamente possível, e temos um deadline, tenhamos um ponto de ordem e haja boa relação institucional, boa relação formal e legalidade total na relação, porque o passado que temos herdado até hoje é que não há nenhuma dessas três coisas. Estamos a trabalhar com honra e verdade. Gostámos de fazer o negócio que fizemos com o Arouca. Podia ter sido melhor? Podia. Foi o que foi, foi bom. Gostávamos de fazer mais negócios destes para termos mais vida no nosso Estádio e termos mais receita, mais facturação, porque o negócio foi bom para todos. E é isso que é bom. Negócios bons para toda a gente que o faz, é isso que nós queremos.*

*Uma nota última em relação ao Ivar, para não falar nisto no ponto seguinte. A MoveAveiro e a intermunicipalização. Tenhamos cuidado com isto. Os outros municípios não querem fazer maus negócios, nem herdar as dívidas dos outros. Solidariedade sim, mas solidariedade patética ninguém está para aí virado. As operações de intermunicipalidade que estamos a discutir, algumas delas já estão bem escritas no PINTRA, no nosso Plano Intermunicipal de Transportes da Região de Aveiro, são para ser trabalhadas, mas, obviamente, negócios destes não interessam a ninguém. É preciso primeiro pôr isto em ordem e, de facto, também estruturar a ordem com algumas vantagens da relação intermunicipal. E isso está a ser trabalhado naquilo que é possível, porque depois há, obviamente, algumas limitações legais por força do regime jurídico que nós temos nos transportes municipais, como é sabido.*

*Transparência, total transparência. Temos um site que tem de ser estruturado, não podemos comprar serviços externos, portanto, tem que ser internamente, com as competências que temos, e temos algumas competências. Transparência total, não para aquele ranking porque aquele ranking que falou, e bem, não interessa para nada. O que interessa é ter, proximamente, informação que o cidadão pegue e com pouca leitura tenha os dados principais. Transparência de pormos estes documentos todos interessa pouco e a poucos. Portanto, aquilo que vamos pôr para todos não é só por opção política é por obrigação legal. Não há cá discussão. Colocaremos a informação necessária para que as pessoas, com formação mínima, consigam perceber qual é a realidade da sua Câmara, porque esta casa é dos nossos concidadãos.*

*Francisco Picado. Colocou duas perguntas, que depois percebemos pela intervenção do Marques Pereira que vocês vão votar contra. Tudo bem, façam como bem entenderem. Mas quando referenciou, como é que se podem aprovar contas que têm o capítulo quarto, a tal coisa que é surpreendente, e que referenciam que não cumprimos com a Lei dos Compromissos? Com o realismo da verdade porque esta é a nossa verdade. Embora a segunda vocês já saibam há muito tempo. Eu disse-o daqui, foi das primeiras coisas que disse na Assembleia Municipal, foi que a nossa Câmara nunca cumpriu a Lei dos Compromissos. O Revisor escreve aquilo que a gente já sabe. Não há cá dúvidas de nada. Agora, votar as contas, enfim, pode-se votar com esta situação? Pois eu acho que esta situação é um belo de um incentivo porque agora temos a tranquila consciência que está tudo cá. Ainda não no capítulo certo porque queremos, repito, extinguir o capítulo quarto, este capítulo quarto tem que ser extinto, mas, ao menos, está cá. Toda a gente sabe o que é que se passa com a nossa conta total. Ainda há aí uma malta baralhada e que dizem «não, a Câmara deve cento e noventa milhões», que é o passivo. Há malta que não percebe nada disto, ou percebe e gosta de agitar as águas para se aproximar dos duzentos e cinquenta milhões do outro passivo que também não era exactamente assim, em termos de dívida. Há uma diferença entre passivo e dívida, porque o passivo da nossa contabilidade tem uma coisa boa lá dentro que são os Fundos Comunitários, que têm uma classificação da qual eu discordo, mas*

*não vale a pena discutirmos tecnicamente essa matéria, não interessa para nada essa discussão. Há uma diferença objectiva técnica e, obviamente, política também em termos daquilo que é o número do passivo e aquilo que é o número da dívida. Mas está cá a nossa verdade, algum documento novo que possa surgir o integramos neste para que esteja cá tudo, para que possamos ter a condição de cuidar. É muito importante para esta conta, independentemente de cada um votar como bem entende, e para a fase em que estamos que esteja aqui o capítulo quarto, mesmo que seja surpreendente e chocante, porque, sinceramente, a mim, Presidente da Câmara, algumas das coisas que lá estão são chocantes, que é uma coisa pior que surpreendente. E o incumprimento legal da Lei dos Compromissos é a nossa verdade. Em todos os ofícios, muitos, que escrevemos ao Tribunal de Contas, que é o grande fiscal dessa matéria, lá explicamos ao Tribunal o que é que estamos a fazer para cumprir. Já cumprimos alguns aspectos, estamos a trabalhar para cumprir tudo. Aquela própria deliberação que a Câmara tomou que demos conhecimento à Assembleia foi, oficialmente, enviada em cópia integral ao Tribunal de Contas, como não podia deixar de ser. É muito importante esta peça para que a conta esteja com tudo aquilo que é importante para percebermos a realidade total e, obviamente, possamos trabalhar para que já não haja surpresas na conta de dois mil e catorze e que possamos chegar ao fim de dois mil e catorze e cumprirmos, em pleno, a Lei dos Compromissos.”*

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>073</sup> ponto 3. Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação de 2013 da Câmara Municipal de Aveiro, e Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2013 dos Serviços Municipalizados de Aveiro, sendo aprovado por maioria, com vinte votos a favor (PSD14+CDS6), quatro abstenções (IND4), e doze votos contra (PS10+BE1+PCP1).**

Nos termos regimentais, o Presidente da Mesa apresentou declaração de voto escrita:

Presidente da Mesa:

*“O meu voto relativo à apreciação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação de 2013 da Câmara Municipal de Aveiro, e Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2013 dos Serviços Municipalizados de Aveiro, aprovados previamente pelo executivo camarário, decorre das garantias do executivo quanto ao empenho do máximo esforço na aplicação, após a sua tomada de posse, de todos os requisitos legais inerentes à prestação de Contas e à aplicação da Lei dos Compromissos.*

*Decorre outros sim da declaração expressa pelo Revisor Oficial de Contas, instando-se o executivo a colmatar, com a máxima brevidade possível, os reparos apresentados e partilhando-se, por ora, os mesmos reparos.”*

#### **PONTO 4. — APRECIACÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013 DA MOVEAVEIRO, TEMA, TA, AVEIRO EXPO, EMA E PDA.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada em 09/04/2014, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos em epígrafe.

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>075</sup>

*“Obrigado Senhor Presidente. Estes são os documentos de contas. Já muito falámos nos dois pontos anteriores sobre esta matéria e obviamente apenas realçar a importância desses documentos e a sua relação com as linearidades e as disfunções que eles têm com o documento da Câmara. Mas obviamente são muito importantes para cumprirmos a lei e a ordem, como é lógico, mas também para percebermos bem tudo aquilo que é a realidade do universo municipal. Muito o brigado.”*

### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>076</sup>

*“Em relação a estas empresas, algumas não justificam grandes referências. Mas, de qualquer forma, em relação à MoveAveiro notar que nas contas não há uma provisão para o caso de insucesso em processos judiciais, o que é sempre um pouco arriscado. Segundo aspecto que cumpre salientar é que o resultado negativo desta empresa foi de dois milhões e trezentos mil euros, e não o valor que aqui há pouco foi levantado. É um valor mais curto. Ligando aquilo que são as contas desta empresa com aquilo que vamos ver no ponto seguinte, que é a auditoria, verifica-se que esta empresa foi empobrecida. Ou seja, o maldito memorando que cede à Transdev as linhas mais rentáveis, serviu, objectivamente, e isto está na auditoria que vamos ver, para este resultado nas contas da MoveAveiro de empobrecimento.*

*Ora, se a isto somarmos um conjunto de transformações que tem havido nas redes, nas linhas, nos horários, e por aí fora, verificamos que, neste período, houve sabotagem da empresa MoveAveiro. Em relação à TEMA não há muito a dizer, em relação ao Teatro Aveirense também não. Em relação à empresa AveiroExpo a situação é um pouco diferente. Há ali um caso muitíssimo mal explicado, os tais vinte mil euros de imparidades do cartão de crédito dum funcionário, que era mais que um funcionário, era alguém que tinha funções de direcção dentro daquela empresa.*

*Creemos que essa situação deve ser absolutamente clarificada, até todas as consequências porque estamos a falar de dinheiros públicos. Em relação ainda a esta empresa, da nossa interpretação do relatório, fica a impressão que a empresa tem vindo a diminuir aquilo que é a sua actividade. Em relação aos gastos com o pessoal há ali coisas um bocado estranhas, mas isto é uma impressão e não quero falar nisso com muita profundidade.*

*Em relação à PDA, dizer o seguinte. A empresa é como é, está, praticamente, dividida ao meio. Fica só, e olhando para os números, pode-se dizer aqui muitas coisas, mas olhando para as contas na diagonal há uma coisa que me impressionou e, eventualmente, poderemos estar muito enganados.*

*Em relação àquilo que lá está, corrija-me se eu estou enganado que eu não estou aqui de má-fé, como é que uma empresa diminuiu de cinco para quatro o seu número de funcionários e, no entanto, aumenta os seus gastos com pessoal em quase cem por cento? A lógica seria, pelo menos, manter. Mas em vez de diminuir ainda aumenta cem por cento? Não percebi.”*

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>077</sup>

*“Só para esclarecer por causa das quantias que foram referidas. Eu, há bocado, quando falei dos três vírgulas três milhões estava a falar da contribuição para o endividamento da Câmara. Eu não sou técnico oficial de contas mas penso que tem a ver com o passivo e activo e não sei o quê.*

*Eu já falei aqui na MoveAveiro mas vou falar outra vez, precisamente porque tem tido uma gestão que parece ter como único objectivo aniquilar a empresa. E este relatório é importante precisamente porque vem confirmar isso. Por isso é que eu, há bocado, adiantei um pouco este ponto porque me pareceu adequado às contas. Acho que é uma situação bastante grave para a Câmara. A extensão da rede diminuiu, segundo este relatório, trinta e cinco quilómetros, desde dois mil e sete até aos dias de hoje. E a diminuição é ainda mais drástica quando falamos dos quilómetros percorridos e dos lugares oferecidos. Isto explica porque é que a MoveAveiro não está a ser viável, e explica também como é que o pode ser. É só inverter isto. Não podemos ficar admirados por uma empresa dar prejuízo quando ela tem cada vez menos passageiros. O que está a acontecer em Aveiro é que de transportes públicos, actualmente, só anda quem está mesmo desesperado, quem não tem viatura própria. E não deve ser esse o princípio do transporte público. Deve ser uma alternativa ao carro. É um princípio errado, este, de encolher o serviço de transportes, contraria a lógica da cidade sustentável, a lógica da justiça social, e nós não podemos aceitar isto. Por exemplo, olhamos para a linha 7 que transportou, em dois mil e doze, cento e quarente mil pessoas, e, em dois mil e treze, não transportou nenhuma. Todos nós aqui presentes sabemos onde é que estão esses cento e quarenta mil passageiros, estão na Transdev. E isto não pode acontecer. Aconteceu mas não pode acontecer. Na Transdev estão também os cerca de duzentos e cinquenta mil que deixaram a linha 2 ou os cem mil que deixaram a linha 1. E deixaram precisamente pelo que eu disse há bocado: os trajectos dessas linhas deixaram de ser contrários aos interesses dos passageiros, aos interesses dos cidadãos. Isto tem que mudar, é necessário mudar isto. Um Governo local que é responsável por esta gestão da MoveAveiro não pode, legitimamente, fechar a empresa com a justificação de que ela dá prejuízo. Como eu disse há bocado eu não sou TOC, mas garanto que consigo fazer uma gestão de qualquer empresa para ela fechar. Mas também sei fazer o contrário. E foi isto que foi feito aqui. Não é preciso saber muito para perceber que houve uma gestão propositada para destruir a MoveAveiro. Depois, quando se fala em políticas que pretendem limitar o uso do automóvel tem de se estar a falar a sério. O estacionamento pago em Aveiro é justo. Mas é justo se esse dinheiro servir para compensar aqueles que deixam o carro em casa para virem para o centro da cidade de carro. É isso que se faz nas cidades europeias de referência. Ou seja, quem opta pelo carro, pela viatura própria, paga por quem opta pelo autocarro. É isso que é justiça social e é isso que é justo para nós todos. Muito obrigado.”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>078</sup>

*“Obrigado, Sr. Presidente da Mesa. Há várias empresas que estão aqui referidas que, por força da lei, já deveriam ter sido extintas em março, salvo erro. Eu sei que a Câmara está a trabalhar na resolução deste gravíssimo problema e que envolve muita gente. Mas a mim chama-me, particularmente, a atenção e desafia-me que a Câmara deve estudar uma política de mobilidade. Nem todos os cidadãos podem ter carro. A Câmara tem de garantir, é um dever da Câmara garantir o transporte dos cidadãos por todo o Município. Fazer uma rede mas tem que haver um estudo global. A Câmara*

*creio que não tem e devia fazer isso. O que eu deixo é um desafio para que, tão breve quanto possível, esse estudo seja feito. É inadmissível, já aqui foi dito, que existem os autocarros mas que não têm qualidade porque não têm passageiros e os passageiros não usam os autocarros. E é um ciclo vicioso. Os autocarros serão bons e até darão rendimento, se houver quem, mexendo os cordelinhos políticos, e a política é a arte de governar, criar mecanismos que façam dirigir as opções em determinado sentido. E não é difícil estudar-se isso, penso que não seja difícil, de tal modo que haja uma rede de transportes que garanta a deslocação dos cidadãos, e os cidadãos procurem os autocarros porque se lhes oferecem condições. Eu vou exemplificar com uma vivência pessoal. Há tempos deixei o meu carro numa oficina, na estrada de S. Bernardo, concretamente a Renault, e fiquei à espera do autocarro. Bom, meia hora e não veio autocarro nenhum e então decidi ir a pé. E não passou por mim autocarro nenhum. Não se pode procurar um autocarro com este grau de incerteza. Nós se formos uma cidade maior, com transportes relativamente organizados, temos a certeza que vem o autocarro e está toda a gente desmotivada em ir de carro próprio. É esse serviço que nós queremos que seja instalado em Aveiro. Sabe-se que o transpor, por natureza, dá prejuízo, isso é uma coisa já ancestral. Já no tempo do Dr. Girão, havia os transportes nos Serviços Municipalizados que davam prejuízo, o sector de transportes dava prejuízo. E o Governo até subsidiava isso. Subsidiava Matosinhos e subsidiava o Porto e Lisboa. Deixou de subsidiar Aveiro e Matosinhos. Mas houve a possibilidade de se reorganizar e isso dá vida à cidade. Dá vida à cidade e até ao comércio. Pela cidade há paragens disseminadas, naturalmente, para quem quer servir-se do autocarro. E próximo destas paragens há comércio e as pessoas enquanto vão esperando pelo autocarro vão vendo as montras, davam vida a muitas ruas. É preciso que isso seja estudado, mesmo que seja pela via privada, na minha opinião, uma solução que será melhor. Mas isto é uma opinião pessoal. Eu penso que a gestão privada normalmente é mais eficaz que a pública. Não interessa que seja público ou privado, o que interessa é que seja eficiente. Mas isso é um dever da Câmara, estudar a possibilidade e criar as condições para que os transportes públicos sejam mais abundantes e sirvam, de facto, a população. É a nota que deixo.”*

Vogal Paulo Marques (CDS)<sup>079</sup>

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>080</sup>

*“Nós queremos tecer algumas considerações acerca desta matéria de índole política porque, em parte, os argumentos que aduzimos no ponto anterior espelham-se também neste. Foi tomada uma opção política, no passado, de constituir empresas municipais por razões imperativas e que foram, à época, escrutinadas. Algumas delas, reconhecidamente, há oito anos que já deviam ter sido extintas, que é o caso flagrante da EMA que foi constituída para construir o Estádio.*

*O Estádio foi construído em dois mil e quatro e, dez anos depois, nós ainda temos EMA. E a EMA foi-se adaptando, fazendo outras coisas, mas a EMA foi constituída para construir o Estádio, não para fazer outras coisas.*

*A MoveAveiro foi constituída para ser uma empresa de mobilidade e não uma empresa para gerir linhas de autocarros. Não. Foi constituída para construir uma política de mobilidade e a ajudar o Município a pensar a mobilidade no Município com os outros municípios em volta. E tinha várias valências, não só o transporte rodoviário, como o transporte marítimo, as BUGA. E era um alfobre de ideias que iriam espelhar a política municipal de mobilidade do Município. Essa não foi numa ideia que teve consequência nos dois mandatos anteriores, o Executivo anterior pegou na MoveAveiro com apenas*

*seis meses de vida e a gestão da MoveAveiro foi desastrosa. Nós, ao longo de oito anos, fomos denunciando isso em diversas ocasiões. Eu não me recordo de nenhuma opção tomada na MoveAveiro, a começar pela pintura das BUGA no primeiro mandato, que acho que foi a única coisa que se fez, que tenha merecido o nosso acordo. Foi uma sucessão de más opções, algumas delas com reflexos financeiros muito graves; com uma crispação do ponto de vista social, na empresa, muito grave e que fez com que o serviço piorasse; ainda que, quem lá trabalhasse, fizesse o seu melhor. Mas era impossível face às opções políticas que foram sendo tomadas.*

*Esta é a verdade que está absolutamente comprovada pela realidade dramática com que se vive e pela urgente opção política definitiva que é preciso tomar em relação à MoveAveiro. É urgente saber o que é que se vai passar e o que é que vai acontecer. O Plano Municipal de Mobilidade foi uma questão que já aqui trouxemos, esperemos que ele venha o mais rapidamente possível, ele espelhará a política de mobilidade do Município, e saberemos também qual será o destino a dar a esse serviço que está nesta empresa municipal.*

*Teatro Aveirense. Não existe política cultural no Município de Aveiro. Esta é também a realidade. No ano passado fez-se uma coisa esquisita que era pôr a AveiroExpo a gerir o Teatro Aveirense e a fazer programação. Isto traduziu-se em quê? Em mais concertos. Não há uma política de educação e uma articulação com as escolas. Não há uma articulação com a Universidade de Aveiro. Não há uma política cultural consistente com as associações. Não se compreende exactamente qual é a direcção. Nós também já fizemos aqui uma crítica em relação à inclusão do Teatro Aveirense na nova divisão, e isso será uma questão à qual seguramente voltaremos, nas discussões que aqui teremos acerca dessa matéria cultural, que é de extrema relevância.*

*A PDA, enfim, o Executivo anterior fez um desastroso aumento de capital que também, aqui, nós denunciámos e do qual veementemente discordámos.*

*E a PDA é uma empresa moribunda, que estava alicerçada num ambicioso plano que iria constituir uma nova centralidade na zona do Estádio. Infelizmente os tempos não são de expansão, há que rever esse plano, mas durante estes oito anos isso não aconteceu. Portanto, é urgente sabermos como é que vamos tratar o objecto a que a PDA estava dedicada. É importante perceber como é que se vai construir, ou constituir, aquela nova centralidade. Ou se vamos desistir dessa ideia. Acho que é importante pormos em cima da mesa todas essas matérias.*

*Estes relatórios de gestão espelham, exactamente, essas realidades e essas opções políticas que mereceram a nossa veemente discordância no passado. É, por isso, que estas contas são más contas e que merecem o nosso voto negativo. Disse.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>081</sup>

*“Sobre as contas das empresas, na sua análise, todas elas apresentam desequilíbrios estruturais fortíssimos e que levam a boa saúde das contas do próprio município. Nesta bancada, no cumprimento da lei em vigor, apoiamos o Executivo na extinção das empresas municipais e na chamada a si a gestão das mesmas, dando a estas estruturas uma dinâmica de prestação de serviços que acarretem menos endividamento para o Município e melhor prestação de serviços ao cidadão.”*

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>082</sup>

*“Sr. Presidente, muito obrigado. Muito obrigado a todos. O Filipe Guerra referenciou uma questão de não haver provisão. Não há porque não tem que haver. Aquilo que*

*manda a lei é que tem que haver provisões quando a probabilidade de perda do processo é considerada superior a cinquenta por cento. Aliás, esse exercício, se aplicado à Câmara Municipal, não faço ideia do que seria o impacto nas contas; seria uma coisa do além. Completamente. Portanto, cumprimos a lei e a ordem. Não tem que haver provisões cumprindo a lei. Esperemos que na gestão dos processos corra bem, a provisão e o exercício da probabilidade que se tem feito de que não perderemos os processos.*

*É verdade o que disse, a empresa foi empobrecida com o acordo com a Transdev. É absoluta verdade. O que está nas contas, indo já à nota do Dr. Marques Pereira que «são más contas pelo que merecem o nosso voto negativo». Isto são boas contas, está aqui a verdade que as contas têm que contar, apenas a história que contam é, globalmente, uma má história. Agora, que são boas contas, são boas contas. E uma das coisas que contam, que é má, é que a operação com a Transdev é um mau negócio financeiro que, como disse, empobreceu a empresa. Porquê? Porque aquilo que perdemos na receita foi maior do que aquilo que ganhámos na despesa. É a vida. A malta tinha uma provisão de que era ao contrário, mas saiu mal. E está aqui dito com clareza meridiana e, portanto, é um bom relatório, apenas a história é uma má história. No trabalho que estamos a fazer, que é um trabalho complexo, ninguém tenha dúvidas de que de todas as matérias que temos neste domínio a mais complexa é a da MoveAveiro. E não vale a pena dizermos qual é o problema mais complexo. São os funcionários que é muito complexo; o contrato, com a NavalRia, do segundo ferry que é um problema gravíssimo que vale quase um milhão de euros; são coisas como a gestão do relatório de auditoria de dinheiros que recebemos para comprar autocarros, gastámos o dinheiro e não comprámos autocarros. Acumulou-se, de facto, nesta empresa, um conjunto muito complexo de problemas.*

*E a outra coisa das coisas. Onde é que está o dinheiro para fazermos investimento em instrumentos de operação absolutamente essenciais para que a empresa possa operar. Como bem disse o Dr. Jorge Nascimento, isto dos autocarros velhos tem vários problemas: tem o problema de imagem e de atractividade dos clientes e tem o problema dos custos de funcionamento que disparam e que tornam a operação, financeiramente, insustentável. É, de facto e não tenhamos ilusões, o nosso principal problema, o mais complexo, é também aquele que nos está a levar e que nos vai levar mais tempo, embora tenhamos a nossa referência de cronograma para termos este problema resolvido. Até porque o acordo com a Transdev termina no final de Outubro e nós não queremos mais este acordo com a Transdev. Podemos fazer mil e uma coisas com a Transdev, como é evidente, é um operador importante na nossa região e no nosso país, mas este acordo não. Sabeis o que pensamos do acordo, discordamos dele, nunca o renovaríamos, como é óbvio. Portanto, também por isso, que não só, há muito mais motivos, não queremos chegar a outubro e ainda termos uma situação idêntica à que temos hoje, sem destino firmado sobre esta matéria.*

*AveiroExpo, Filipe. Garantia absoluta da situação perfeitamente clarificada, e nós também o queremos, como não poderia deixar de ser. As matérias são o que são e desejamos o mesmo rigor, seriedade, explicações daquilo que tem que ser explicado.*

*A PDA foi um bom ano de dois mil e treze, não tanto pelo que aconteceu em dois mil e treze, mas pelo que aconteceu já no início de dois mil e catorze. O que aconteceu, parece uma coisa um bocado estranha, como é que a redução de um número dá um aumento, é que, de facto, o nosso acionista maioritário, que hoje é quem sustenta a empresa, aquilo que fez com a afectação de alguns recursos de administração foi afectar custo à empresa muito mais altos do que ela tinha anteriormente. E os custos de um administrador são muito mais altos que os custos de um recurso humano que tem*



*funções de gestão a outros níveis. O que é que existe hoje ou desde março deste ano? Os custos da nova administração, de que me honro presidir, são zero, no que respeita ao administrador câmara que era o mais caro dos nossos administradores e no que respeita aos administradores VisaBeira. A nossa administração da PDA custa hoje zero. E portanto, temos a PDA reduzida a um recurso humano, porque tínhamos um custo e um problema. Hoje a empresa tem um funcionário que, além do mais, o trabalho que faz é para a VisaBeira, em noventa por cento do seu tempo, e, obviamente, o acionista VisaBeira toma conta do custo desse recurso humano.*

*Não esqueçamos a Lei 50, nós temos que cumprir a lei 50. A MoveAveiro não tem salvação. Tem que ser extinta, tem deliberações de extinção, não há volta a dar-lhe. Depois a discussão é outra: se a gente quer uma MoveAveiro nova, ou quer concessionar, ou quer internalizar completamente. Mas esta MoveAveiro tem que morrer, ponto final parágrafo. Este próprio órgão já o deliberou, apenas depois a inércia não permitiu a execução dessa circunstância.*

*Portanto, não esqueçamos a Lei 50 que determina, pura e simplesmente, o fim de todas as nossas empresas. A Câmara é que, numa certa altura, inventou um procedimento que muitas câmaras inventaram, que era «nós em vez de a extinguirmos vamos fazer uma operação de fusão». E a nossa câmara faz dois estudos e um dos dois estudos, mais do que ter feito o estudo, começou a operação de forma ilegal. Daí o que está na auditoria. E porque é que é ilegal? É ilegal porque não seguiu a tramitação legal para fazer a fusão da TEMA com a AveiroExpo. Qual era a ideia um? Há um relatório técnico, há um trabalho técnico que está feito, foi feito por uma empresa, aliás, uma empresa do nosso Município, que era a fusão de quase todas as nossas empresas. Houve várias câmaras que tentaram isso, até hoje ainda não passou nenhuma no Tribunal de Contas, porque, obviamente, o Tribunal não dorme e não vai permitir que com uma fusão se fundam empresas que têm é que estar extintas.*

*O truque era interessante em termos de gestão formal e financeira, mas, obviamente, que tem este absurdo: não se podem fundir empresas que antes de se fundirem têm que se extinguir. De facto, depois, houve essa operação que o Marques Pereira referenciou da fusão, que em termos operacionais funcionou, mas que foi uma coisa inaudita e que já acabou.*

*Em relação às medidas que já tomámos, já não há fusão TEMA/AveiroExpo, tudo foi absolutamente separado, quer na imagem, quer na gestão dos funcionários, quer em todos os procedimentos administrativos e financeiros. Temos é coisas para tratar. Temos uma dívida grande na AveiroExpo que respeita às acções culturais que a AveiroExpo andou a fazer. Muitas. Aquilo foi fazer mas pagar nada. Fez-se muito e pagou-se muito pouco. Essa operação já acabou.*

*Só deixar esta nota, que é muito importante para não esquecermos a referenciação que estas contas confirmam, porque esta contas não vêm mexer em nada daquilo que é a relação de incumprimento que as empresas já tinham quando a câmara, em relação a algumas delas, decidiu a sua extinção. Podíamos dizer que houve aqui a empresa A ou a empresa B que passou a cumprir a Lei 50, vamos tentar aqui um estratagema legal para segurar a empresa. Não. O que estas contas boas também dizem de mal é que as nossas empresas continuam a não cumprir a Lei 50 e têm que ser extintas.*

*Dr. Jorge Nascimento, só uma nota sumária sobre a importância da fiabilidade, nomeadamente dos transportes. É um dos problemas graves da nossa operação de S. Jacinto, também, é a fiabilidade. Saber que o transporte está lá, passa à hora que o nosso horário determina, etc., é uma questão central para o sucesso, para atractividade de clientes novos, como é fácil de ver por todos nós que somos, no mínimo, potenciais utilizadores.*

*Dr. Marques Pereira. Há pormenores que eu não vou tratar, não vale a pena. A verdade é que a EMA não foi constituída para gerir o Estádio mas ninguém entregou a gestão a mais ninguém, desde a sua inauguração. Ficou para ela. Não houve nenhuma atitude de gestão que desse a gestão da EMA a alguém: um clube, uma empresa privada, uma outra empresa municipal, a gestão directa. E hoje temos uma coisa bastarda que é termos uma empresa municipal que existe, funciona, está lá, que é dona do Estádio, e temos os funcionários da Câmara a gerirem a empresa municipal. E, portanto, essas contas, que são boas contas, contam uma má história porque faltam aí muitos custos que agravariam em muito a conta da empresa porque quem os paga é a Câmara. São os nossos funcionários da área do desporto que trabalham boa parte do seu tempo, largamente maioritária, para a EMA e damos-lhe esse desconto porque isso não está na conta da nossa empresa.*

*E uma questão que vale a pena dizer em relação às empresas municipais. Um valor instrumental que elas tiveram quando foram criadas foi, entretanto, perdido com a decisão da lei, sensata, de consolidarem todas para a conta municipal. Era uma utilidade importante para a gestão financeira que, entretanto, desapareceu da lei e que agora se agravou muito mais com a Lei 50. Portanto, aquilo que foram episódios interessantes para certa tipologia de objectivos de gestão morreram. E morreram antes da Lei 50. E oiçam... nós temos muitos custos redundantes; com pessoal, com Revisores Oficiais de Contas; com TOCs; com papel timbrado; com custos de administração. Nós temos três empresas que quem faz a sua gestão administrativa e financeira é uma outra empresa privada a quem pagamos valores inadmissivelmente altos.*

*Vamos tomar medidas de gestão nos próximos dias, que já estão desenhadas, estão agora em trabalho de implementação. Quem é que vai fazer isso? Os nossos funcionários. Por exemplo de onde? Dos Serviços Municipalizados, que os temos lá bons, competentes, para a Câmara podem fazer um reforçozinho à equipa mas podem ir fazer coisas nas nossas empresas para, além do mais, nos ajudarem a preparar o seu processo de extinção e de internalização. Há, de facto, hoje, nestas entidades, uma quantidade de aspectos negativos, nomeadamente em redundâncias que têm custos financeiros que hoje são mais importantes que as utilidades que deram azo à sua nascença e que entretanto a lei acabou com elas, destruiu-as pura e simplesmente.*

*O Plano de Pormenor do PDA é curioso, não é? Ainda hoje não está concluído. Nós não temos Plano de Pormenor do Parque Desportivo de Aveiro. Temos um desenho, já muito tramitado, mas que, até hoje, não é Plano de Pormenor formalmente aprovado e legalmente em vigor. A questão hoje, o Marques Pereira colocou-a bem, é se interessa acabá-lo, se não interessa alterá-lo, etc. E estamos também já a trabalhar muito no nosso planeamento e com os nossos parceiros, na PDA até temos um parceiro que agora manda mais que nós, que é o acionista maioritário, e temos que trabalhar com o nosso parceiro acionista sobre o futuro desta operação.*

*Deixar esta nota final que é importante e que eu devo repeti-la. Estão contas com rigor, com seriedade e, por isso, são boas contas, mas de facto ajudam imenso, neste conjunto de matérias que hoje já aqui apreciámos, a perceber o estado em que estamos, o que quer dizer uma história que tem muitas notas negativas e que precisa, no seu conjunto, de uma intervenção reestruturante, na componente organizativa e na componente financeira, absolutamente profunda.*

*É isso que estamos a fazer, com medidas que já foram tomadas, com medidas, muitas, que são tomadas nos próximos dias. As duas próximas semanas são de um conjunto enorme de decisões que vão ser tomadas e implementadas num tempo próximo. Quando acabarmos esta Assembleia Municipal, nomeadamente o ponto da auditoria, nos regulamentos já estaremos, claramente, numa segunda fase, terminamos a primeira*

*fase que precisou destes seis meses e transitaremos para uma segunda fase em que a predominância é a predominância das medidas de reforma, de reestruturação, aos mais variados níveis. É uma outra fase, com as suas exigências, com as suas especificidades, mas será, claramente, uma fase diferente desta primeira. Só poderia aparecer bem e com qualidade, como vai aparecer, se esta primeira tivesse decorrido como decorreu. A nota que lhe damos é uma nota, claramente, positiva. Muito obrigado.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>083</sup>

*“Muito rapidamente. Para já gostava de dizer que não aprova e aprovam contas apenas por elas espelharem a verdade ou não. Aprovam-se as contas pelas opções políticas que elas espelham e reflectem, e se concordamos ou não com elas.*

*Agora, onde é que está dinheiro para a MoveAveiro? Aquilo que eu pedi, e não me canso de dizer isto, é que haja já uma mudança na gestão da empresa para que ela comece a servir os cidadãos e haverá, com certeza, mais dinheiro. Se começo a dar exemplos da má gestão da MoveAveiro não saio daqui. Algo tão simples como a compra de passes na Transdev servir para andar na MoveAveiro e o contrário não acontecer, etc., há muita coisa para fazer e que se pode fazer rapidamente. Talvez por isso esse acordo de gestão nem sequer tenha sido aprovado aqui porque foi um acordo do próprio gestor. Todos sabemos de onde veio a ordem, mas esta Assembleia não a pôde votar.*

*A Lei 50 não é um problema. A Lei 50 prevê a extinção ou a dissolução das empresas municipais, de facto, mas permite que esses serviços passem para a alçada directa da Câmara. Portanto, não há nenhum problema com a Lei 50. Quando eu falo da MoveAveiro falo também da marca que deve ser mantida e pode ser mantida pela Câmara, tendo os serviços públicos de transporte, e quando eu digo públicos são públicos, não são apenas colectivos, com a marca MoveAveiro na Câmara. É tão simples quanto isso. É fácil, é possível e é o melhor para todos, mantendo os postos de trabalho e melhorando o serviço para os cidadãos aveirenses.”*

Vogal Jorge Greno (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>084</sup>

*“Sr. Presidente, só uma pequena observação em relação aos relatórios, não ao seu conteúdo mas à forma como eles nos foram apresentados. Alguns documentos são pouco legíveis, as digitalizações não foram bem feitas. Eu julgo que hoje em dia há meios para os documentos serem passados directamente a ‘pdf’ e ficava a nota para que, em próximos documentos, eles fossem apresentados como são os documentos da Câmara que são legíveis. Só como exemplo. O relatório do fiscal único da AveiroExpo é praticamente ilegível. Fica esta nota para os próximos documentos.”*

Vogal Eduardo Castro (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>085</sup>

*“Só para fazer um rápido comentário ao que disse o Sr. Presidente da Câmara, quando diz que são contas boas de uma má situação. Não pomos em dúvida de que as somas estão correctas e que há transparência nos números e que os números são honestos. Não é isso que está em dúvida. Mas isto chama-se relatório de contas e gestão. E, portanto, nós não vamos apenas aqui votar e dizer que as somas estão certas e que os números são aqueles e não são outros. Estamos aqui a votar opções de gestão com as quais nós discordamos completamente. Acredito que o Presidente da Câmara não seja*

*culpado ou não tenha culpa do que se passou, mas herda o que se passou. E o que herda é uma má situação que gera contas que não podem ser aprovadas pelo Partido Socialista. Era isto que eu queria dizer.”*

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>086</sup>

*“Senhor Presidente, só para uma nota que é importante. Senhor Professor, são as coisas da vida da política. Estou absolutamente de acordo. Apenas votamos de forma diferente.*

*Eu concordo absolutamente convosco, mas na Câmara (aqui não voto como é evidente) votei a favor. E concordo completamente convosco.*

*Há quem diga que chumbar Contas é um ato nulo em termos de consequência. Eu não acho. Por mil motivos basicamente de natureza política. E portanto, discordando eu, em larga maioria, daquilo que as contas contam, é importante que tenhamos os documentos aprovados. O que não dizer obviamente cada um vote como bem entender. E que o Partido Socialista pelos mesmos motivos que os meus vote no sentido contrário àquele que foi o meu voto na Câmara Municipal. Portanto estamos todos entendidos claramente sobre esta matéria. Apenas é a dialética política que a temos que tratar como é óbvio e salutar e democrático. Viva a revolução!”*

**Os documentos de Apreciação dos Relatórios de Gestão e da Prestação de Contas 2013, da MoveAveiro, TEMA, TA, Aveiro Expo, EMA e PDA, apresentados pela Câmara Municipal, foram apreciados pelo plenário.**

**Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.**

**Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.**

**Continuando, o Presidente da Mesa deu por encerrada<sup>087</sup> a segunda reunião da Sessão Ordinária Abril, informando que a próxima reunião da sessão será no dia 02 de Maio (6.ª feira), pelas 20:30 horas.**

**Eram 00:30 horas do dia 25 de abril de 2014.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.**

(3:45)